

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 23

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad discute com Campos Neto parcelamento de dívidas pelo Pix 4

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet defende discussão sobre alíquotas diferenciadas para setor de serviços e agronegócio 6

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin diz que pediu para Pacheco colocar em votação o marco legal das garantias 7

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que teto de gastos obrigaria União a cortar R\$ 30 bi de despesas obrigatórias em 2024 8

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária é bala de prata e arcabouço a de bronze para país voltar a crescer, diz Tebet 10

PORTAL UOL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tebet: Medidas tributárias para incrementar receita não estarão no texto do arcabouço 12

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com bom Imposto de Renda, não precisa taxar fortuna, diz diretor da Fazenda 13

VALOR ONLINE - REFORMA TRIBUTÁRIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária 2023: O que é o sistema tributário brasileiro e por que ele é tão complexo 14

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundo para compensar Estados e municípios por perda com reforma terá R\$ 48 bi por ano, diz Lopes 17

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Conversa da dívida pública tomou outro rumo', diz secretário Guilherme Mello 19

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em reunião ministerial, Lula ataca projeções de baixo crescimento do país 22

VALOR ONLINE - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Não dá para prever quando juro pode cair, diz Fernanda Guardado, diretora do BC.....	23
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo quer economizar R\$ 360 bi com juros até 2031 com arcabouço fiscal. Economistas dizem se é possível.....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Josué diz que indústria não irá admitir alíquota maior.....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Perto dos 100 dias, governo ainda luta para ter uma base sólida no Congresso.....	31
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Mudança em benefício fiscal via ICMS renderia até R\$ 90 bi, diz Haddad.....	33
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Nova regra necessita que a receita suba mais de R\$ 110 bi, diz Haddad.....	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Fundo de Estados e municípios terá ao menos R\$ 48 bi por ano, diz Lopes.....	37
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad prevê arrecadar até R\$ 15 bi com tributação sobre sites de apostas.....	39
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Relator de GT cita dificuldades de receber apoio de grandes municípios à reforma tributária.....	40
FOLHA ONLINE - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Cotados para relatar arcabouço fiscal na Câmara preveem votação para maio.....	41
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
A agricultura na reforma tributária (Artigo).....	43
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tributária deveria ser Plano Real de Haddad - BRUNO CARAZZA.....	45
VALOR ONLINE - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Arcabouço fiscal: O que será preciso para a nova regra funcionar.....	47
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
As chances da nova regra fiscal - MÍRIAM LEITÃO.....	50
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Primeiras impressões do marco fiscal - SAMUEL PESSÔA.....	52
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SEGURIDADE SOCIAL	

Projetos alternativos propõem de volta da CPMF a desoneração	54
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Agro vê aumento da cesta básica com reforma e pede tratamento especial	56
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Com taxa rosa e cashback, mulheres cobram espaço na reforma tributária	57
FOLHA ONLINE - SP SEGURIDADE SOCIAL	
Quais as propostas alternativas de reforma tributária? (Reforma tributária)	59
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad diz que proposta foi bem recebida e quer acabar com "jabutis"	61

Haddad discute com Campos Neto parcelamento de dívidas pelo Pix

Por Agência Brasil - Brasília

Por Agência Brasil - Brasília

04/04/2023 23h20 Atualizado há 22 minutos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu na última segunda-feira (3) ao presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, a possibilidade de parcelamento de dívidas no Pix, sistema de transferências instantâneas do BC. Segundo o ministro, a ferramenta ajudaria a baratear o crédito no país.

"Falava ontem com Roberto Campos Neto sobre o parcelamento de débito pelo Pix. Pode ser uma grande inovação do nosso sistema bancário você parcelar usando essa ferramenta. Isso melhora as condições de competitividade e de crédito no país", disse o ministro em evento virtual promovido por um banco de investimentos.

De acordo com Haddad, a proposta integra um pacote de estímulo ao crédito. O ministro voltou a informar que o governo prepara 12 medidas para melhorar as condições de crédito, das quais a metade teve aval do Banco Central.

Desenrola

O ministro também falou sobre o Programa Desenrola, que pretende renegociar até R\$ 50 bilhões em dívidas de 37 milhões de pessoas físicas. Segundo Haddad, a medida provisória do programa está pronta e só espera a B3, a bolsa de valores brasileira, concluir o sistema que será usado pelo governo e pelos credores.

Em relação ao fundo que vai cobrir as negociações, já existem R\$ 11 bilhões reservados no Orçamento. No mês passado, o ministro havia afirmado que o fundo, formado com recursos do Tesouro Nacional, teria cerca de R\$ 10 bilhões, mas o valor foi recentemente aumentado para R\$ 15 bilhões.

Esse fundo garantidor cobrirá eventuais calotes de pessoas que aderirem às renegociações. O Desenrola abrangerá todas as pessoas físicas negativadas, mas aquelas que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.604) poderão renegociar em condições mais

vantajosas, porque contarão com os aportes do Tesouro no fundo garantidor.

Metas de **inflação**

Haddad também disse ter debatido com Campos Neto nesta segunda-feira uma possível mudança no calendário de metas de **inflação** para os próximos anos. O ministro, no entanto, negou qualquer intenção de alterar a meta de **inflação** deste ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto para mais ou para menos.

"[Nos próximos anos] será o momento de verificar se as metas foram bem calibradas. Se é o caso de manter, se é o caso de não adotar o calendário gregoriano, se é o caso de fazer aquela meta contínua que a maioria dos países adota", declarou Haddad. Segundo ele, apenas o Brasil e a Turquia fixam metas para o ano-calendário. Os demais países adotam o sistema de calendário contínuo, no qual o Banco Central atinge a meta pouco a pouco, por aproximação.

O ministro repetiu a intenção de buscar a harmonização das políticas monetária e fiscal. Segundo Haddad, o envio do novo arcabouço fiscal ao Congresso e a aprovação da **reforma tributária** poderão gerar um "choque de crescimento" em 2024, caso o Banco Central contribua com a redução dos juros.

"Se a política monetária vier ao encontro dos resultados fiscais anunciados, com as bênçãos do Congresso e do Judiciário, vamos chegar ao fim do ano com um ambiente econômico favorável", ressaltou o ministro.

O encontro entre Haddad e Campos Neto ocorreu no fim da tarde de segunda-feira, no prédio do Ministério da Fazenda. O presidente do BC entrou e saiu pela garagem, sem falar com a imprensa. Cerca de uma hora depois da reunião, Haddad disse que o encontro foi uma "reunião de rotina", em que vários assuntos foram tratados.

04/04/2023 23:18:44

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/04/04/haddad-discute-com-campos-neto-parcelamento-de-dvidas-pelo-pix.ghtml>

Tebet defende discussão sobre alíquotas diferenciadas para setor de serviços e agronegócio

BRASÍLIA - A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse nesta terça-feira, 4, que é preciso discutir na **reforma tributária** a criação de alíquotas diferenciadas do imposto sobre consumo para o setor de serviços, principalmente saúde e educação.

Não vejo por parte do governo nenhum questionamento com relação a isso, declarou, durante audiência pública do grupo de trabalho (GT) formado na Câmara para discutir a mudança no modelo de tributação do País.

Eu faria um projeto separado, onde exigiria de algumas empresas estatais, a própria Petrobras, uma participação nesse fundo de desenvolvimento socioambiental, ou dentro da tributária, disse.

Tebet declarou que vai defender o texto de **reforma tributária** que sair da Câmara. A ministra disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acertou ao não enviar ao Congresso um novo texto. O GT da reforma discute hoje uma fusão entre as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 45/19, de autoria da Câmara, e 110/19, que tem origem no Senado. A ideia é criar um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, ou seja, com uma alíquota cobrada pela União e outra pelos Estados e municípios.

Eu tenho convicção de que a **reforma tributária** tem que sair mesmo, e fez muito bem o presidente da República em não entregar uma nova reforma, porque a base dela já foi exaustivamente discutida na Câmara dos Deputados e no Senado, disse Tebet.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/tebet-defende-discussao-sobre-aliquotas-diferenciadas-para-setor-de-servicos-e-agronegocio,267295ac00e7cf22857f3f20dd775f14p4pch2ai.html>

Alckmin diz que pediu para Pacheco colocar em votação o marco legal das garantias

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro, Valor - Brasília

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro, Valor - Brasília

04/04/2023 21h15 Atualizado há uma hora

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que acumula a função com a de ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço, afirmou hoje que pediu ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para colocar em votação o projeto de lei do marco legal das garantias, enviado pelo governo anterior.

A proposta muda regras sobre as garantias que podem ser dadas para empréstimos e permite, por exemplo, que um mesmo imóvel seja dado como lastro para vários financiamentos. O projeto foi aprovado ano passado pela Câmara dos Deputados, mas não chegou a ser discutido pelo Senado. A oposição na época, liderada pelo PT, criticou a proposta. Alckmin, contudo, contou em jantar da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo que pediu a Pacheco para colocar o projeto em votação. Segundo ele, durante a discussão, o novo governo faria suas ponderações e ajustes.

No jantar, o vice-presidente recebeu documento com a agenda legislativa que a frente considera prioritária, como uma nova lei de recuperação judicial das micro e pequenas empresas, a nova lei do licenciamento ambiental e a **reforma tributária**. A frente é patrocinada pelo Movimento Brasil Competitivo, que tem como presidente o empresário Jorge Gerdau. Alckmin afirmou que a indústria tem três grandes problemas: câmbio, imposto e juros. "O câmbio está bom. O imposto a **reforma tributária** vai melhorar [...]. E acredito que vai sair", disse. Segundo Alckmin, o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) discutido no Congresso pode ter mais de uma alíquota, mas o importante "é que seja simplificado".

Ele comentou ainda que espera que os juros caiam com o novo arcabouço fiscal e com as medidas para acabar com o déficit primário do governo federal. O vice-presidente também elogiou a agenda apresentada pelo grupo e defendeu a união das pessoas para superar os desafios.

O presidente da frente, deputado Arnaldo Jardim

(Cidadania-SP), afirmou que o movimento já gerou políticas públicas estaduais e que na legislatura anterior identificou medidas legislativas para melhorar o ambiente de negócios e a administração pública. "Chega de décadas de baixo crescimento, em que derrapamos na baixa produtividade", disse. Ele destacou que a nova agenda inclui 37 projetos com esse objetivo.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/04/04/alckmin-diz-que-pediu-para-pacheco-colocar-em-votao-o-marco-legal-das-garantias.ghtml>

Haddad diz que teto de gastos obrigaria União a cortar R\$ 30 bi de despesas obrigatórias em 2024

Por Ivan Martínez-Vargas - São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reafirmou na tarde desta segunda-feira que é preciso cortar o que chamou de distorções do sistema tributário brasileiro. Segundo ele, sem aprovar o novo arcabouço fiscal para substituir o atual teto de gastos, governo federal precisaria cortar R\$ 30 bilhões em despesas obrigatórias, inclusive programas sociais "caros à sociedade".

- São muitas distorções do sistema tributário. Ontem eu conversava com o Roberto Campos Neto (presidente do Banco Central) aqui e ele dizia que as distorções que ele identificou com sua equipe somam R\$ 300 bilhões. (...) Estamos falando de fazer correção que pode ser feita por projeto de lei ordinária, e está provado que tem trazido efeitos muito ruins para a economia brasileira. Só uma medida representa 50% do Bolsa Família para meia dúzia de pessoas que estão se valendo de uma interpretação de alguns juizes, nem está consolidado esse entendimento - ressaltou Haddad.

O ministro voltou a dizer que o governo quer acabar o "financiamento de custeio" por meio de subvenções originalmente destinadas a investimentos. Haddad falou em dar transparência a subvenções.

Haddad fazia referência a um entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que créditos presumidos do ICMS não fazem parte da base de cálculo da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), mesmo os créditos oriundos de custeio e não de investimento.

O ministro discursou por videoconferência por cerca de 40 minutos a uma plateia de investidores e analistas em evento promovido pelo Bradesco BBI em São Paulo.

Em entrevista à GloboNews no domingo, Haddad já havia afirmado que a União vai buscar eliminar uma brecha que hoje permite que empresas que tenham incentivo fiscal via ICMS possam abater esses créditos da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido quando

a atividade é de custeio, o que traria pelos cálculos do governo R\$ 90 bilhões em receitas.

- A subvenção a custeio de empresas não é uma prática adotada em nenhum país. Uma coisa é subvenção a investimento. (...) Uma série de ações judiciais forçaram uma interpretação leniente em relação ao que o legislador de fato queria dizer e nós vamos corrigir isso - afirmou Haddad a investidores, em alusão a uma lei aprovada em 2017 segundo a qual benefícios fiscais são subvenções para investimentos, sobre as quais não incidem **tributos** federais.

De acordo com o ministro, "a subvenção a custeio é mais do que o dobro da de investimentos" devido a uma interpretação forçada da lei.

- Gastamos quase R\$ 90 bilhões para subvencionar custeio a partir de uma emenda que entrou numa lei e que foi sancionada. A expectativa de renúncia à época era de R\$ 5 bilhões e estamos falando agora de R\$ 131 bilhões. Se a sociedade entender que não é preciso corrigir essas distorções, a alternativa vai ser cortar programas caros a essa mesma sociedade - ressaltou.

O ministro citou que, caso as distorções não sejam eliminadas e o teto de gastos seja mantido em 2024 (o que só ocorreria se a nova regra fiscal não fosse aprovada neste ano), seria necessário cortar ao menos R\$ 30 bilhões em despesas obrigatórias.

O ministro disse que sem as distorções, "equilibramos o orçamento e toda a sociedade vai pagar menos juros".

Haddad disse esperar que o novo arcabouço fiscal seja aprovado pelas duas casas do Congresso até outubro. - Com medidas de combate a distorções no sistema tributário, a **reforma tributária** e a reforma do IR até o fim do ano, o Brasil terá um choque de crescimento sustentável por muitos anos - disse.

Ao ser questionado sobre eventuais mudanças na meta de **inflação**, o ministro negou que tenha discutido com o presidente do Banco Central o tema e

que tem apenas "acompanhado o debate".

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/haddad-diz-que-teto-de-gastos-obrigaria-uniao-a-cortar-r-30-bi-em-despesas-obrigatorias-em-2024.ghtml>

Reforma tributária é bala de prata e arcabouço a de bronze para país voltar a crescer, diz Tebet

Danielle Brant

A **reforma tributária** é a verdadeira bala de prata para que o Brasil volte a crescer e gere empregos, enquanto o arcabouço fiscal seria a de bronze e ajudaria a resolver o problema de credibilidade do governo, afirmou nesta terça-feira (4) a ministra do Planejamento, Simone Tebet .

As declarações foram feitas durante audiência no grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que discute as mudanças no sistema tributário.

"Se nós temos unidade de pensamento de que a **reforma tributária** é a única bala de prata que nós temos, eu diria até que o arcabouço fiscal é a bala de bronze. Resolve um problema interno, um problema de finanças, um problema de credibilidade do governo, não gastar mais do que arrecada, não virar o ano de 2024 com déficit fiscal, garantir estabilidade da dívida em relação ao **PIB** [Produto Interno Bruto]. Isso é um dever de casa que nós temos que fazer dentro do Executivo", afirmou.

"O arcabouço fiscal é a bala de bronze para dar a credibilidade necessária para, dali adiante, o juro começar a cair e o Brasil poder voltar a crescer, gerar emprego, dentro dessa ótica monetária. Mas a verdadeira bala de prata é a **reforma tributária**", acrescentou.

Segundo a ministra, o texto com as novas regras fiscais será encaminhado à Câmara dos Deputados até terça-feira (11). "O texto já saiu do Planejamento na parte orçamentária, agora a palavra final é do ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad", disse.

Tebet acrescentou que o feriado comprometeu o cronograma de entrega e discussão do texto. "Eu fiz uma brincadeira com os colegas que o telefone dos parlamentares que estariam no descanso de Páscoa com a família não pararia, e o da própria ministra do Planejamento e do ministro da Fazenda", disse. "Para evitar, portanto, narrativas equivocadas, há um entendimento que é melhor colocar segunda-feira", acrescentou, antes de ser lembrada de que Haddad estará na China na próxima semana.

"Mas tem o ministro [Alexandre] Padilha [Relações Institucionais]. Aí é uma questão, semana que vem ela [a regra] está pronta para ser discutida", disse.

A ministra afirmou ainda que a Fazenda dará a palavra final às questões complementares relacionadas à receita. "Vai ter uma cesta de opção ali para se chegar a um incremento de receita sem aumentar a carga tributária", afirmou. "Dentro dessa cesta, que vai ser apresentada ao ministro Haddad, algumas [medidas] por ato normativo se resolvem, não precisam vir para o Congresso Nacional. As outras precisam vir para o Congresso Nacional."

Tebet elogiou a decisão do governo de não encaminhar um texto com suas próprias propostas de mudanças no sistema tributário. "Houve uma determinação do presidente [Lula] que eu acho absolutamente correta de que a **reforma tributária** é hoje uma pauta do Congresso Nacional."

Ela indicou que o Simples e a Zona Franca de Manaus devem continuar com um tratamento diferenciado. "A informação que nós temos é que, a princípio, esses dois benefícios serão protegidos. Portanto, continuarão tendo uma diferenciação no que se refere à questão tributária. Mas, de novo, é uma decisão a ser feita pelo Congresso Nacional que vai ser acatada pelo governo do presidente Lula."

Tebet também foi questionada sobre discutir a mudança na renda e no patrimônio nesta fase da reforma.

"Aí é uma discussão com o ministro Haddad. Eu não me importo, mas quero ser bem objetiva neste quesito. Eu entendo que nós precisamos aprovar a **reforma tributária** mais ampla possível. Se colocar a questão do patrimônio nessa reforma não atrapalhar o andamento e a aprovação dessa reforma, bato palmas, contem comigo", afirmou.

No entanto, acrescentou que há dificuldade em debater uma reforma que contemple estados e municípios e também setores como serviços e agronegócio. "Mas nada impede de aproveitar o texto

constitucional para, sei lá, tributar aeronaves no Brasil. Não vou entrar nessa questão neste momento."

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/reforma-tributaria-e-bala-de-prata-e-arcahouco-a-de-bronze-para-pais-voltar-a-crescer-diz-tebet.shtml>

Tebet: Medidas tributárias para incrementar receita não estarão no texto do arcabouço

Brasília, 04

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou nesta terça-feira, 4, que as medidas tributárias para incrementar a receita do governo e, com isso, zerar o déficit das contas públicas em 2024 não estarão no texto do arcabouço fiscal que será enviado à Câmara na semana que vem. Essas propostas, de acordo com ela, serão discutidas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), antes de serem divulgadas.

O incremento da receita, algumas dependem de ato normativo, outras dependem de alteração da lei. Então, vai ter uma cesta de opções para se chegar a um incremento de receitas sem aumentar a carga tributária, disse Tebet a jornalistas, após participar de uma audiência pública do grupo de trabalho que estuda a reforma tributária na Câmara.

Para que a gente possa garantir a zeragem do déficit fiscal no ano que vem, precisamos de incremento de receitas sem aumentar imposto no Brasil. Temos setores que não pagam, o ministro Haddad já adiantou alguma coisa sobre a questão das apostas eletrônicas. Essa cesta de possibilidades está sendo levantada pelo Ministério da Fazenda, emendou a ministra.

Tebet ressaltou que a volta do voto de desempate a favor da Receita Federal nos julgamentos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) também deve gerar mais arrecadação para o governo. A medida provisória (MP) que trata do assunto, contudo, ainda precisa ser aprovada pelo Congresso, onde enfrenta resistências. A comissão mista de análise da MP deve ser instalada na semana que vem, em meio a um impasse entre Câmara e Senado que travou a tramitação das medidas editadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na Câmara, Tebet também disse acreditar que é possível reduzir o déficit primário pela metade neste ano. O Ministério do Planejamento calcula que medidas já anunciadas pelo governo devem fazer o saldo negativo das contas públicas cair de R\$ 228,1 bilhões para R\$ 107,6 bilhões em 2023, o que equivale a 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Ao apresentar o arcabouço fiscal na última quinta-feira, 30, contudo, a

Fazenda avaliou que o déficit pode ficar ainda menor, em 0,5%, com novas medidas para aumentar a receita.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/04/04/tebet-medidas-tributarias-para-incrementar-receita-nao-estara-no-texto-do-arcabouco.htm>

Com bom Imposto de Renda, não precisa taxar fortuna, diz diretor da Fazenda

Do UOL, em São Paulo

Se o Brasil tiver um bom modelo de Imposto de Renda e sobre herança, não há necessidade de ter um imposto sobre fortunas. A avaliação é do diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Rodrigo Orair.

Orair disse hoje em evento organizado pelo Bradesco que a Fazenda não trabalha no momento em uma proposta para grandes fortunas. Estamos trabalhando sobre o imposto de renda e não de patrimônio, disse ao ser questionado sobre imposto sobre grandes fortunas.

Ele integra a secretaria do Ministério da Fazenda que está desenhando propostas para a **reforma tributária**. Segundo ele, se o país tiver um bom modelo de imposto de renda e de herança, pode abrir mão de uma tributação sobre patrimônio.

Ele disse ainda que o imposto para pessoa jurídica no Brasil é um dos mais altos do mundo, e isso deve ser revisto. Atualmente essa taxa é de 34% e ela deve ser reduzida na proposta de reforma do imposto de renda, disse.

A reforma deve propor a revisão de isenções na pessoa física. A ideia é aproveitar a janela de redução do imposto para pessoa jurídica para ter uma base mais ampla possível e rever isenções no nível da pessoa física, disse.

A reforma também deve mudar o atual modelo de tributação por lucro presumido. O modelo é um regime especial de tributação, assim como o Simples, e incentiva a pejetização de profissionais, com recolhimento de imposto muito inferior à dos trabalhadores CLT.

O objetivo é reduzir distorções na tributação de contratação de pessoal. Os regimes de lucro presumido e Simples permitem uma redução drástica na tributação de contratação. O valor cai de 54%, na CLT, para até 7%, disse o diretor. É muito diferente e isso cria uma distorção. Uma pessoa paga cinco ou seis vezes mais do que a outra, disse. O governo estuda alternativas para o problema, mas não há proposta definida.

A meta do Ministério da Fazenda é apresentar uma proposta de reforma do imposto de renda no segundo semestre de 2023. Por enquanto, o governo trabalha na reforma do imposto sobre consumo.

Para a reforma do imposto sobre o consumo, a meta é que ela seja votada no Congresso em 2023. A regulamentação do novo imposto ficaria para 2024 e o início da implementação seria em 2025, com período de adaptação para as empresas que pode ir até 2032.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/04/04/imposto-sobre-fortuna.htm>

Reforma tributária 2023: O que é o sistema tributário brasileiro e por que ele é tão complexo

Por Beatriz Olivon - Brasília

Saber se um item é um sapato ou uma pantufa ou ainda um desodorante ou um hidratante pode ser um ponto central para um auditor fiscal. A segunda dúvida já dura pelo menos cinco anos e precisa ser esclarecida para a cobrança de Imposto sobre Produto Industrializado (IPI): 7% se for desodorante e 22% para o hidratante. Esse é um exemplo concreto da complexidade do sistema tributário brasileiro.

Uma empresa instalada no Brasil precisa navegar por um mar de **tributos** com regras fixadas por 5.568 municípios, 26 Estados, mais o Distrito Federal e a União. Além de precisar seguir os procedimentos e regras de cada Fisco (federal, estadual e municipal), ainda precisam observar se o produto ou região fiscal tem alguma regra específica.

A depender do tributo a ser pago é necessário também pedir, por meio de procedimentos específicos, créditos referentes à parcela paga anteriormente na cadeia de produção. Esses créditos são importantes porque podem abater outros **tributos**. Mas nem sempre é possível ter certeza se o insumo vai gerar créditos.

O que é sistema tributário?

Esse conjunto de regras para o pagamento de **tributos**, eventual obtenção de créditos e o cumprimento de obrigações acessórias, além da Constituição Federal, compõem o sistema tributário brasileiro. O objetivo do sistema tributário é que todas as operações econômicas que geram receita e faturamento também resultem em arrecadação para os entes da federação: União, Estados e municípios.

"A Constituição proíbe a criação de novos **impostos** com a mesma base de cálculo dos anteriores. A União demandava mais recursos e criou o PIS e a Cofins, que incidem sobre o faturamento da venda de mercadorias ou serviços", exemplifica Eurico Diniz De Santi, professor da FGV e diretor do CCiF, think tank que elaborou o texto original da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45 - um dos textos em tramitação no Congresso para a realização da **reforma tributária**.

Por que o sistema tributário é complexo?

De Santi resume a complexidade do sistema tributário brasileiro na "hipercomplexidade" da legislação, no design normativo e na disputa pelas empresas por incentivo fiscal. Para o professor, a "cereja do bolo" no nosso sistema é que a **Receita Federal** ainda tem cinco anos para verificar se considera que o contribuinte pagou o tributo de forma correta e autuá-lo. "O sistema é hiper complexo e o Fisco tem cinco anos para revisar sua interpretação", diz.

Leia mais: Grandes empresas questionam na Justiça R\$ 559 bi em **tributos**

O sistema tributário brasileiro é complexo também porque, além de ter que conhecer as leis tributárias federais, estaduais e municipais, os contribuintes precisam estar atentos à interpretação que os Fiscos fazem dessas normas. Em relação à União, a **Receita Federal** publica seus posicionamentos por meio de soluções de consulta, instruções normativas e pareceres.

Foi por meio de instruções normativas que a **Receita Federal** restringiu, por exemplo, o que pode ser considerado insumo e gera créditos de PIS e Cofins. Contudo, depois de 16 anos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) declarou ilegais as previsões que estavam nas Instruções Normativas nº 247, de 2002, e nº 404, de 2004.

Os contribuintes ainda se submetem à interpretação dos fiscais sobre a classificação fiscal de cada produto. Por isso, o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, órgão onde primeiro se discutem as autuações fiscais e cujo estoque de **tributos** em discussão chega a R\$ 1 trilhão, deverá definir se um item produzido pela Nivea é hidratante ou desodorante. Também é o conselho quem vai definir a classificação fiscal do calçado Crocs, o que poderá gerar uma cobrança de R\$ 33,1 milhões de direitos antidumping, acrescidos de multa e juros de mora.

Leão; Imposto; **Receita Federal**; sistema tributário -

Foto: Alexas Fotos/Pexels

Outro exemplo de complicação prática para as empresas por causa do complexo sistema tributário brasileiro é a (in)definição de serviço ou mercadoria para se saber a quem e qual tributo deverá ser pago. O ISS, municipal, é cobrado sobre serviços. O ICMS, por sua vez, sobre mercadorias e é estadual.

"Até outro dia discutíamos se software é serviço ou mercadoria para fins de tributação", lembra Thiago Amaral, do Demarest Advogados. Coube ao Supremo Tribunal Federal (STF) definir, recentemente, que o licenciamento e a cessão de direito de uso de programas de computação, de qualquer tipo, estão sujeitos ao ISS e não ao ICMS.

Leia mais: Decisão do Supremo eleva Imposto de Renda e CSLL sobre softwares

Segundo Amaral, o Brasil é um dos únicos países com tributação sobre o consumo em três esferas e cada uma prevendo obrigações específicas, com legislações diversas. "Isso gera insegurança, desconforto e grande perda de tempo", diz.

O custo com judicialização é um dos reflexos da complexidade do sistema tributário brasileiro?

Além de todas as regras, se um concorrente conseguir uma decisão ou liminar para não pagar imposto, pode desencadear um movimento de judicialização no setor, segundo os especialistas, por passar a ter uma vantagem competitiva significativa. E pode demorar décadas para um litígio tributário ser definido, o que aumenta ainda mais a insegurança.

As disputas tributárias no Brasil pesam 17 vezes mais para as empresas do que no exterior, segundo dado da 5ª Edição do Diagnóstico do Contencioso Judicial Tributário Brasileiro, pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Insper. A seguir, outros pontos levantados por especialistas que indicam porque o sistema tributário brasileiro é considerado complexo:

O valor do contencioso tributário brasileiro corresponde a 75% do valor do **PIB**. O dado consta no relatório de 2020 sobre o Contencioso Tributário elaborado pelo Insper. De acordo com Breno Vasconcelos, professor do Insper, não existem dados internacionais que possibilitem a comparação direta, apenas entre contenciosos administrativos federais. Só essas disputas correspondem a 15% do valor do **PIB** em 2019. Na América Latina, em 2013, eram 0,19% e na OCDE, 0,28%.

Qual complexidade do sistema tributário mais leva os

contribuintes ao Judiciário?

Muitas dessas discussões judiciais acontecem porque **tributos** incidem sobre outros **tributos**. Entre os **impostos** federais, PIS e Cofins são campeões quando se trata de litígio tributário. O STF já decidiu pela exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins; ainda vai decidir se o ISS pode ser incluído na base do PIS e da Cofins, se o crédito presumido de IPI pode ser incluído nessa mesma base e também se é válida a inclusão do PIS e da Cofins na própria base.

PIS/Cofins: O que é, quem deve pagar, quais as alíquotas, como calcular

Além disso, algumas vezes o STJ dá a palavra final sobre o assunto. Mas só até o STF se manifestar. O próprio caso dos insumos - a definição sobre quais geram créditos tributários - aguarda julgamento no STF. Hoje esse é o processo tributário mais valioso para a União, precificado em R\$ 472,7 bilhões pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Isso acontece porque, além do Código Tributário Nacional, das leis federais, estaduais e municipais sobre o assunto e as regras dos Fiscos, os pontos chave da tributação estão na Constituição Federal. No STF, a Constituição é o parâmetro, porém, no STJ, são as normas infraconstitucionais. Por isso, a decisão final em cada uma das Cortes pode acabar em resultados diferentes.

Mas há casos em que o resultado "final" foi alterado sem nem mudar de instância judicial. Em 2017, por exemplo, o STF mudou sua jurisprudência e decidiu que é constitucional a cobrança da contribuição ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) de empregador pessoa física. Em 2010 e 2011, ao analisar normas anteriores sobre a contribuição, o STF havia considerado a cobrança inconstitucional, por entender que deveria ser estabelecida por meio de lei complementar.

Por isso o sistema tributário precisa ser reformado?

Segundo estudo do Insper, além do muitos **tributos** que incidem sobre a produção e venda (consumo) de bens e serviços, temos diferenciações injustificadas na tributação da renda e excessiva oneração da folha de salários.

Leia mais: IBS pode encarecer feijão e baratear carro

Em relação à tributação de bens e serviços seria necessária alteração profunda e estrutural, dado seu nível de "complexidade crescente, que resulta em altos custos de conformidade, insegurança jurídica, distorções alocativas e opacidade para os cidadãos a

respeito da carga tributária efetivamente suportada".

Uma **reforma tributária** conseguiria equilibrar o sistema tributário?

De acordo com o levantamento do Insper, além de o Brasil ter maior carga tributária sobre o consumo, existem também problemas como a regressividade da tributação, que prejudica mais as pessoas de baixa renda. "Isso acontece por causa da proporção do consumo em relação à sua renda total. As pessoas de baixa renda tendem a consumir grande parte da sua renda com consumo de bens, especialmente os alimentícios", diz a pesquisa.

A criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) - para substituir ISS, ICMS, PIS, Cofins e IPI - e a devolução de parte desse tributo às pessoas de baixa renda seria, de acordo com o Insper, uma forma de simplificar a tributação para as empresas e de mitigar essa regressividade.

Site: <https://valor.globo.com/reforma-tributaria/noticia/2023/04/04/reforma-tributaria-2023-o-que-e-o-sistema-tributario-brasileiro-e-por-que-ele-e-tao-complexo.ghtml>

Fundo para compensar Estados e municípios por perda com reforma terá R\$ 48 bi por ano, diz Lopes

BRASÍLIA - O coordenador do grupo de trabalho da **reforma tributária**, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), afirmou ao Estadão que o ponto de partida das negociações é o repasse de R\$ 48 bilhões por ano para o fundo que vai compensar Estados e municípios por perdas na arrecadação com a **reforma tributária**.

Esse é o valor que estava sendo negociado na legislatura passada para o período de 10 anos (R\$ 480 bilhões) do chamado Fundo de Desenvolvimento Regional, mas esbarrou na resistência do ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, que via na criação do fundo uma tentativa de sangrar os cofres da União.

Segundo Lopes, entre as propostas para abastecer o fundo está uma parcela de 5% do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal (o novo que será criado para substituir o PIS, Cofins e IPI).

A outra opção é uma combinação de uma parcela do IVA federal com um porcentual do excesso de arrecadação do IVA nacional, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Pela proposta de reforma dos **tributos** incidentes sobre o consumo de bens e serviços, o IBS unificará o ICMS (principal tributo dos Estados) e o ISS (municípios) num modelo de tributação dual: o IVA federal e nacional.

O fundo será criado para diminuir as desigualdades regionais entre os Estados e compensar a perda de parte da autonomia que os governadores terão para fazer política de desenvolvimento econômico com a supressão do poder de darem incentivos fiscais para atração de novos empreendimentos aos seus Estados.

A concessão desses incentivos fiscais fomentou a guerra fiscal entre os Estados e aumentou o caos tributário do País nas últimas décadas. Ao longo das várias tentativas de aprovar a reforma, o tamanho do fundo tem sido sempre um dos temas mais sensíveis.

Lopes disse não haver valor definido e pontuou que as negociações ainda estão acontecendo. Mas destacou a importância da criação do fundo para pavimentar a aprovação da **reforma tributária**.

O deputado petista contestou a avaliação, que cresce

no Congresso e entre os tributaristas, de que não há tanta convergência entre os Estados, como tem sido difundido pelo governo. O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), defendeu, na semana passada, que as dívidas dos Estados com a União entrem nas negociações como contrapartidas para os Estados que perdem com a reforma.

O que eles querem é o fundo de desenvolvimento. Um sistema novo, com dois objetivos: fazer a transição do fim da renúncia fiscal e criar uma nova política, afirmou.

Sobre os incentivos da Zona Franca de Manaus, o deputado defendeu um novo modelo de desenvolvimento para a região, mas os detalhes ainda não estão fechados. Os parlamentares do grupo de trabalho terão, nos próximos dias 13 e 14, uma reunião, em Manaus, na Zona Franca e com os governadores dos estados do Norte.

A demanda de diversos setores para um tratamento diferenciado de alíquotas é outro ponto sensível nas negociações que o coordenador avaliou que teve avanço. Para Lopes, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que tramita na Câmara, já resolve muitos dos problemas ao constar no texto os setores que poderão ter tratamento diferenciado: agronegócio, transporte de carga e de passageiros, educação, saúde e as entidades assistenciais.

É um divisor de água importante que constrói o consenso para aprovação da **reforma tributária**, disse. Esses setores cobram que a previsão do tratamento diferenciado esteja na Constituição. Isso foi um grande avanço. Eu acho que é a tendência, disse ele, deixando claro que os setores com tratamento diferenciado deverão estar previstos no texto constitucional no relatório. É uma tendência que esses setores terão essa válvula de escape, acrescentou.

Segundo ele, um dos pontos em discussão é se a lei complementar, que regulamentará os dispositivos da reforma, será apresentada em paralelo à tramitação da PEC. A outra opção é aprovar a PEC e depois estabelecer um debate em relação ao tratamento diferenciado.

O deputado destacou que a calibragem das alíquotas do novo imposto para esses setores com tratamento dependerá dos cálculos que estão sendo feitos. Nós já estamos recebendo esses cálculos. Vai ter que fazer esse encontro de contas para fazer a alíquota de equilíbrio , disse.

Segundo ele, para setores como saúde e educação, poderá ter uma alíquota de equilíbrio e, ao mesmo tempo, ter o cashback, mecanismo de devolução de **impostos**. Pode ter dois tratamentos diferenciados. Mas pode haver setores que só tenha cashback , explicou.

Na sua avaliação, o sistema de cashback permite a implantação de algumas políticas, como de gênero, sociais e de raça: Não estou dizendo que vai ser utilizado, mas no momento que você cria o cashback como instrumento de progressividade tributária, aquelas pessoas com menor poder econômico poderão ter o seu recurso (o imposto) de volta .

Lopes contestou as críticas de que o cashback é de difícil operacionalização e ponderou que o IVA do século XXI conta com os avanços da tecnologia, que facilitaram creditar o imposto, cobrar e fazer a partilha automática da arrecadação entre Estados, Municípios e governo federal.

O coordenador do grupo de trabalho da reforma informou que talvez seja necessário um programa especial para os pequenos produtores agrícolas para que eles também possam receber o crédito do imposto dos insumos que compram e vendem para as etapas seguintes da cadeia, como supermercados e indústrias.

Eles compram insumos, equipamentos, máquinas com muito imposto (embutido). Ele vai comprar mais barato , destacou. Ele disse que a reforma vai acabar com o crédito presumido, benefício que existe hoje para o setor.

Lopes disse que pediu ao Ministério da Fazenda que desse um tratamento especial para esses pequenos agricultores.

Para ele, a disputa entre o Senado e Câmara em torno da forma de tramitação das Medidas Provisórias (MPs) não prejudicará a votação da reforma. Essa é uma preocupação, porém, que ronda os defensores da reforma, que veem risco de ocorrer uma repetição do que aconteceu no governo Bolsonaro, quando a disputa política envolvendo as duas propostas de emenda também paralisou a discussão no Congresso.

Lopes disse que o grupo de trabalho da **reforma**

tributária na Câmara está dialogando com os senadores para fazer um alinhamento da proposta. O próprio relator da reforma na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), tem se antecipado e feito reuniões com senadores.

Não há uma disputa de protagonismo e não há uma disputa entre oposição e o governo em relação à **reforma tributária** , ponderou. A postura, disse ele, tem sido colaborativa dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Segundo o coordenador, as divergências que restam são pequenas em relação ao ganho geral que a aprovação da reforma vai proporcionar. Vamos resolver o problema dos créditos (acumulados) do passado, da guerra fiscal, o modelo federativo brasileiro será mais de colaboração, o exportador que não consegue vai creditar e a indústria brasileira vai ficar mais competitiva .

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/fundo-para-compensar-estados-e-municipios-por-perda-com-reforma-tera-r-48-bi-por-ano-diz-lopes,954ea918ec9e1d21be3c0d0c56e427edgt6eox2n.html>

'Conversa da dívida pública tomou outro rumo', diz secretário Guilherme Mello

Por **Guilherme Pimenta, Lu Aiko Otta e Matheus Schuch**
- De Brasília

Ainda que a redação do texto final do projeto de lei complementar esteja sendo concluída, a aguardada apresentação da proposta de novo arcabouço fiscal já mudou o rumo do debate econômico e foi capaz de dissipar as incertezas deixadas pela perda de credibilidade do teto de gastos, na avaliação do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello. Em entrevista ao Valor, ele afirmou ainda que a rediscussão das metas de **inflação** para 2024 e 2025 não está na agenda. Há, porém, uma importante decisão a ser tomada em junho, com a definição do objetivo para 2026.

Segundo o secretário, a discussão não é mais se a dívida pública vai se estabilizar, mas quando. E o comportamento da curva de juros de mercado é uma demonstração de que os agentes de mercado entenderam a nova regra e avaliam que há chance de sucesso, comentou o secretário. Nessa segunda-feira (3), as taxas dos contratos de Depósito Interfinanceiro para janeiro de 2024 subiram de 13,19% na sexta-feira passada para 13,22%. Já para períodos mais longos houve queda. Para janeiro de 2025, por exemplo, caíram de 12,01% para 11,985%.

Apesar do bom humor no mercado, a proposta foi criticada por especialistas por prever crescimento contínuo das despesas e depender excessivamente de aumento na arrecadação para se sustentar.

O governo conta com receitas obtidas com a tributação de apostas on-line ainda neste ano, disse o secretário. Essa medida integra o pacote de medidas tributárias que dará sustentação ao objetivo de zerar o déficit das contas federais em 2024 sem criar **impostos** novos nem elevar alíquotas. Outra iniciativa será taxar compras feitas no exterior, que entram no país sem pagar **impostos** porque se enquadram como presentes.

O secretário vê indicadores de que a política monetária "significativamente contracionista" deveria ser revertida. Segundo avaliou, há condições de a taxa ser reduzida, mas essa é uma decisão que cabe ao Banco Central.

Mello não esclareceu um detalhe que gerou dúvidas

na última sexta-feira: se o nível de despesas de 2023 será definido neste mês, no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ou em agosto, quando é enviado ao Congresso Nacional o projeto de lei do Orçamento do próximo ano. O arcabouço diz que as despesas podem crescer o equivalente a 70% do crescimento da receita líquida real num período de 12 meses.

Segundo cálculos do economista Felipe Salto, da Warren Rena, se a data escolhida for abril (considerando os 12 meses terminados em fevereiro), as despesas poderão avançar 2,5%. Se for agosto (usando os 12 meses terminados em julho), os gastos só poderão crescer 0,6%.

Veja, a seguir, os principais pontos da entrevista:

Arcabouço

Em geral, acho que a receptividade tem sido muito boa. O rumo da conversa tomou outro rumo. Alguns meses atrás, algumas pessoas falavam "será que a dívida vai se estabilizar? Haverá controle dos gastos?". Isso saiu de tela. O que se está discutindo agora é em quanto tempo você vai alcançar o resultado primário, em quanto tempo este resultado vai estabilizar a dívida e qual vai ser a trajetória dos gastos públicos, o quanto serão capazes de sustentar ritmo de crescimento. O debate está no campo de uma trajetória crível, sustentável, previsível e em que cada um tem condições de montar os seus cenários. Ao nos voltarmos para uma discussão qualitativa sobre quais vão ser as trajetórias, estratégias para alcançar os objetivos, discutimos como o país pode conciliar responsabilidades fiscal e social.

Sustentabilidade da regra

O arcabouço é pensado tanto para momentos de alto como para de baixo crescimento. E você tem uma banda de resultado primário justamente para acomodar estas variações cíclicas da economia. Fica mais fácil alcançar resultados se a economia crescer mais? Sim, isso é sempre, independentemente do arcabouço. Nós estamos otimistas com o crescimento do Brasil. Uma parte do mercado ainda não incorporou estas medidas, o que é usual. Acredito que as expectativas de crescimento serão revisadas para cima.

Incertezas sobre a regra

O impacto de medidas do governo não será imediato, mas ajudará a encontrar nossos objetivos fiscais com mais celeridade. Se o arcabouço tivesse sido tão mal recebido, você não estaria vendo os preços como estão, a curva de juros, taxa de câmbio. Isso quer dizer que os investidores entenderam e estão apostando que existe chance de sucesso de conciliar responsabilidades social e fiscal.

Período para cálculo do novo nível de gastos (receitas em 12 meses até fevereiro ou até junho)

Não posso antecipar detalhes. Isso estará no texto, que será enviado muito em breve. Cada uma tem implicações, inclusive, do ponto de vista jurídico. O que posso antecipar é que o desenho será muito claro e transparente. Cada um terá oportunidade de construir os seus cenários de maneira clara, com parâmetros bem estabelecidos. Vai estar muito claro qual é o parâmetro, o período e como funciona.

Juros

O Brasil não tem **inflação** mais elevada do que vários outros países do mundo, é até um pouco menor. Mas temos a taxa de juros real mais elevada. Apesar de haver persistência inflacionária no mundo inteiro, no caso brasileiro não há nenhum fator endógeno macroeconômico que sinalize pressão inflacionária maior. Não é que você tenha mercado de trabalho particularmente aquecido, mercado de crédito em ritmo acelerado. O BC leva em conta uma diversidade de fatores, não cabe a mim dizer como vai ser a decisão. O cenário macroeconômico indica necessidade de uma reversão desta política monetária que está em posição, usando termos do BC, significativamente contracionista. E que está nesta posição há mais tempo que a maioria dos países.

Tributação de sites internacionais de comércio

Existe uma regulamentação com isenção limitada para pessoas físicas. Mas isso acabou sendo construído de uma forma que vira uma isenção generalizada para grandes empresas venderem sem pagar tributo. Há um desnível competitivo. Setor de varejo nacional paga um nível de imposto e, outros, com artimanhas, conseguem contornar isso. Não é uma questão de receita, mas de competição justa.

Arrecadação

Estamos convencidos de que, com essa caça à manada de jabutis, vamos conseguir recuperar a arrecadação perdida e devolver ao patamar histórico,

pois estamos abaixo, devido a uma série de desonerações e isenções, afetando a capacidade de arrecadação do Estado brasileiro. Tem potencial para recuperar e zerar o déficit no próximo ano sem criar nenhum novo imposto ou alterar uma nova alíquota, fazendo com que o sistema tributário funcione para todos.

Mudança na base de cálculo da CSLL

Há uma subvenção que é dada pelos Estados e acaba abatida da base de pagamento de um tributo federal. Existe incentivo para a empresa fazer o investimento, mas a maioria vai para custeio. É algo que passou em 2017, um jabuti. O impacto chega próximo à casa de R\$ 100 bilhões por ano. Não faz o menor sentido econômico subvencionar custeio duplamente. É um conjunto de medidas que vão recuperar a receita tributária.

Reforma tributária

Queremos não apenas recuperar a base de tributação, mas também qualificá-la. Melhorar investimentos, importações, fazendo com que o crédito gerado ao longo da cadeia seja creditado em sua plenitude, reduzir custo de judicialização, que cobre menos do mais pobre e alcance o mais rico.

Tributação dos jogos

Não vou antecipar o desenho disso. É importante deixar claro que tentaremos trazer essa atividade para empresas que operem aqui no Brasil e, portanto, podem ter uma regulamentação. É uma demanda do setor.

Desenrola

Está pronto conceitualmente, e o que falta é uma solução técnica na área de TI. Nos próximos meses isso será resolvido e o programa será lançado. Por mim já estaria na rua o Desenrola, mas há uma discussão técnica que vai se resolver até meados do ano.

Crédito para empresas

O que cabe à Fazenda fazer, nós estamos fazendo. Ampliamos o Pronampe, o prazo de pagamento e de carência, além do PEAC. O crédito está caro e, principalmente após o evento Americanas, o crédito está de mais difícil acesso, com concessões caindo. Mas isso melhora quando conseguir distensionar a política monetária e o custo cair, reativando o mercado de capitais, que fica com muita dificuldade de sobreviver.

Alteração da meta de inflação

Esse tema não está na agenda neste momento. Todo o foco é garantir que o arcabouço seja apresentado, discutido e aprovado. Que isso normalize expectativas, sinalize sustentabilidade. A discussão de política monetária fica muito mais fácil uma vez superada essa questão, uma vez deixado claro a trajetória da política fiscal, e aí você consegue discutir com mais leveza as decisões e metas de política monetária. Em junho tem uma decisão importante, que é a meta de 2026, e talvez naquele momento se discutam outros temas.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/04/04/conversa-da-divida-publica-tomou-outro-rumo-diz-secretario-guilherme-mello.ghtml>

Em reunião ministerial, Lula ataca projeções de baixo crescimento do país

Por João Valadares - De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou, durante abertura de reunião ministerial na manhã de ontem, que não concorda com avaliações negativas que indicam baixo crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Ao cobrar otimismo dos ministros e "obsessão" para criar condições de investimento no país, Lula afirmou que o crescimento da economia "vai ser maior do que preveem os pessimistas".

"Eu disse para o [Fernando] Haddad na semana passada que não concordo com as avaliações negativas de que o **PIB** vai crescer zero não sei das quantas, zero ponto um, que o **PIB** não sei das quantas", afirmou.

Logo em seguida, o presidente disse estar convencido de que o Brasil vai dar um salto de qualidade e mostrou confiança na aprovação do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária** no Congresso Nacional.

"Se você está numa corrida de cavalo dizendo que o seu cavalo é pangaré, que seu cavalo está com gripe, que seu cavalo está cansado, ninguém vai fazer nenhuma aposta nele", afirmou. Apenas o início da reunião foi transmitido pelos canais oficiais do governo.

O Boletim Focus do Banco Central desta segunda, 3, aponta projeção de crescimento para o **PIB** de 0,9% em 2023 - a mesma da semana passada. Para 2024, a estimativa subiu de 1,4% para 1,48%.

Ao falar sobre o futuro do país, o presidente reforçou que é preciso aguardar a "roda gigante da economia começar a girar". "Vamos ver o que vai acontecer quando a economia micro, pequena e média começar a acontecer nos rincões desse país." Para ele, as pessoas vão produzir mais e aumentar o poder de comprar.

Lula, em tom irônico, declarou que não iria falar ainda em "milagre do crescimento". "Em 2005, foi motivo de chacota por parte da imprensa quando eu disse sobre o milagre do crescimento, quando a economia brasileira cresceu 5,8% e a imprensa especializada achava que não iria crescer", disse. A expressão do

presidente em seu primeiro mandato foi "espetáculo do crescimento".

Lula brincou com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dizendo que ele está com cara de felicidade porque iria passar no Congresso as propostas com reverberação na economia que serão encaminhadas pelo governo.

Na próxima segunda-feira, após balanço dos cem dias de gestão, os ministros vão apresentar um plano de trabalho para destravar obras no Brasil. "A gente vai ter que anunciar o que nós vamos fazer para frente. Os cem dias vão fazer parte do passado", disse.

"Quando você decide fazer uma política pública, às vezes ela demora alguns dias para acontecer, mas já recuperamos quase todas as políticas sociais que existiam e foram desmontadas pelo governo anterior", criticou. "E, agora, estão funcionando a todo vapor", emendou.

Lula voltou a despachar no Palácio do Planalto depois de se recuperar de uma pneumonia. O presidente foi diagnosticado no dia 23 de março com pneumonia bacteriana e viral por influenza A. Em razão da doença, cancelou visita à China, que ocorreria entre os dias 26 e 31 de março. A visita foi remarcada para este mês.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/04/04/em-reuniao-ministerial-lula-ataca-projecoes-de-baixo-crescimento-do-pais.ghtml>

Não dá para prever quando juro pode cair, diz Fernanda Guardado, diretora do BC

Por Alex Ribeiro - De Brasília

A diretora de assuntos internacionais do Banco Central, Fernanda Guardado, afirma que ainda não é possível antecipar quando será possível o início dos cortes da taxa básica de juros, atualmente em 13,75% ao ano. Os analistas econômicos do mercado preveem o começo do processo de distensão monetária a partir de novembro próximo

"Poderíamos pensar em cortes quando tivermos maior certeza do processo de convergência da **inflação** para a meta, quando tivermos maior confiança de que a **inflação** está evoluindo da maneira como esperamos", disse a diretora do BC. "Mas não é possível antecipar isso agora."

Segundo Guardado, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC está numa "cruzada" para combater a **inflação**, que ela avalia que se encontra num nível muito alto. "Basta notar que terminamos com a **inflação** em 5,8% em 2022, e o Banco Central projeta que vai terminar 2023 em 5,8%", disse, em entrevista ao Valor. "Precisamos ter paciência, serenidade, com esse processo."

Guardado, no ano passado, foi voto vencido na defesa de uma alta residual de juros, que levaria a Selic a 14% ao ano, porque tinha dúvidas sobre a evolução da capacidade ociosa da economia, tecnicamente conhecida como hiato do produto, uma força importante para baixar a **inflação** para a meta. Hoje, ela se diz mais confiante de que a ociosidade está caminhando da forma esperada. "Isso nos dá um pouco mais de conforto de que a nossa estratégia está surtindo efeito."

Ainda assim, o cenário para os juros traçado em fins de 2022, que abria uma possibilidade de um primeiro corte agora em junho, sofreu mudanças. O mercado de trabalho se mostrou resiliente e a **inflação**, mais persistente, em especial nos serviços. "Tivemos essa desancoragem das expectativas, que nesse ambiente aumenta o custo de desinflação."

A diretora do BC, que é doutora em economia pela PUC-Rio, reconhece, por outro lado, o esforço da Fazenda na condução da política fiscal. "É importante reconhecer que, junto com a reoneração dos combustíveis, a publicação do arcabouço ainda em

março reforça o compromisso do Ministério da Fazenda com o pacote que foi anunciado em janeiro", disse. "Mas o arcabouço ainda tem um longo caminho de discussão no Congresso."

Ela rebateu, na entrevista que segue, acusações de que o Copom tem sido muito conservador na política monetária. "Nós, no Banco Central, também queremos ter taxas de juros mais baixas de forma sustentável. Mas também queremos ter uma taxa de **inflação** baixa."

Guardado também contesta acusações de que o Copom estaria agindo de forma política. "A interpretação de que o trabalho do Copom é político não é apenas factualmente errada, também é muito injusta", afirma. "É injusta com as dezenas de servidores do BC que produzem as análises que subsidiam essas decisões."

Ela explica que a menção na ata do Copom de que o colegiado poderia aumentar os juros - que despertou reações de setores do governo petista - não é novidade e faz parte da comunicação desde setembro de 2022. "É uma forma de sinalizar que o BC não vai se eximir de fazer o que for necessário caso a situação se deteriore mais, e assim o exija."

Valor: Muita gente se queixa de que o Brasil é o campeão de juros altos no mundo. Por que o Banco Central não baixa a Selic?

Fernanda Guardado: Entendo essa frustração. Nós, no Banco Central, também queremos ter taxas de juros mais baixas de forma sustentável. Mas também queremos ter uma taxa de **inflação** baixa. Nesse momento, o nosso foco está sendo combater o nível de **inflação**, que tem sido persistentemente alto há bastante tempo, e trazer a **inflação** em direção às metas que foram determinadas pelo Conselho Monetário Nacional [CMN]. A **inflação** muito alta é particularmente detrimental para as pessoas mais pobres. Um Banco Central autônomo é autônomo exatamente para poder tomar essas decisões que trazem um custo na economia no curto prazo, mas que vão garantir um resultado melhor e mais previsível no longo prazo.

Valor: Um dos argumentos contra os juros altos é que a **inflação** seria de oferta, mas o BC insiste que é de

demanda. Onde ela está?

Guardado: Acho importante pensar como foi o filme desse processo inflacionário. Começou em 2020, por conta dos estímulos fiscais e monetários em todo o mundo, e também no Brasil. Isso gerou um impulso na demanda por bens. O setor de serviços ficou deprimido. Com o passar do tempo, vimos uma desaceleração no consumo de bens e um impulso na demanda por serviços. O setor de serviços tem sido o mais resiliente nos últimos trimestres. Quando eu vejo essa discussão entre demanda e oferta, eu me pergunto: qual demanda, de bens ou de serviços? Olhar só para o dado agregado de consumo talvez esconda um pouco o que está acontecendo por baixo. Não à toa, a **inflação** de serviços tem sido bastante resiliente. Terminou 2022 perto de 8%, e é bastante inercial. Só aos poucos vai acabar desacelerando.

Valor: Chamou muito a atenção o Copom ter dito na última reunião que, se a **inflação** não caminhar como esperado, poderia haver aumento de juro. O Banco Central está pensando nessa hipótese?

Guardado: Esse trecho está nos comunicados do Copom desde setembro de 2022. Não é uma novidade. É uma forma de sinalizar que o BC não vai se eximir de fazer o que for necessário caso a situação se deteriore mais, e assim o exija.

Nossa estratégia de desinflação é lenta, em observância ao objetivo secundário de suavizar o ciclo de atividade"

Valor: Quer dizer que existe de fato uma possibilidade de subir os juros? Há algum perigo no horizonte que justifique o alerta?

Guardado: Observamos uma moderação na atividade econômica e alguma desaceleração na **inflação**, que vão em linha com o cenário que tínhamos projetado no Copom. Entretanto, também observamos uma desancoragem das expectativas de **inflação** para os prazos mais longos. Esse é um desenvolvimento que acompanhamos com atenção, mas vamos observar a cada Copom todo o conjunto de informações disponíveis para então avaliar.

Valor: Os economistas consultados no boletim Focus preveem a primeira baixa de juro em novembro. Seria necessário esperar tanto, ou poderia baixar antes?

Guardado: Poderíamos pensar em cortes quando tivermos maior certeza do processo de convergência da **inflação** para a meta, quando tivermos maior confiança de que a **inflação** está evoluindo da maneira como esperamos. Mas não é possível antecipar isso agora. Quero reforçar que é a nossa

cruzada combater esse nível de **inflação**, que segue muito alto. Basta notar que terminamos com a **inflação** em 5,8% em 2022, e o Banco Central projeta que vai terminar 2023 em 5,8%. Uma desinflação marginal inexistente, e com núcleos rodando ainda muito altos. Precisamos ter paciência, serenidade, com esse processo.

Valor: O Copom seguiu um roteiro de análise na última reunião, incluindo projeções de **inflação**, balanço de riscos, expectativas, ociosidade, núcleos e **inflação** de serviços. Qual é o mais importante para a decisão dos juros?

Guardado: O roteiro é esse mesmo. São todos muito importantes. Analisamos as expectativas, a evolução do balanço de riscos, a evolução da **inflação** de serviços, com um peso especial porque tem um caráter mais inercial e é muito ligada ao ciclo de demanda agregada e de atividade da economia de forma geral.

Valor: O que o Copom espera da evolução desses fatores?

Guardado: Na parte de núcleos e **inflação** de serviços, esperamos ver uma evolução que seja compatível com a projeção que divulgamos. E vamos avaliando se está compatível ou não, à medida que o tempo for passando. Sobre as expectativas, idealmente elas deveriam estar ancoradas nas metas que foram determinadas pelo CMN. De fato, estavam ancoradas até o final de 2022.

Valor: O presidente do BC, Roberto Campos Neto, queixou-se da politização da comunicação do Copom. O trabalho do Copom não acaba sendo um pouco político, já que quem decide tem as suas próprias visões subjetivas?

Guardado: A interpretação de que o trabalho do Copom é político não é apenas factualmente errada, também é muito injusta. É injusta com as dezenas de servidores do Banco Central que produzem as análises que subsidiam essas decisões. Temos diversos departamentos do Banco Central que estão envolvidos nesse processo de análises que culminam com a decisão do Copom. Os técnicos do Banco Central trazem análises bastante detalhadas do cenário internacional, da **inflação** doméstica, da atividade doméstica, do mercado de crédito. Tudo de forma muito detalhada e técnica. São essas análises que ajudam a subsidiar a nossa decisão. É uma decisão puramente técnica, que leva em consideração os aspectos técnicos e o conjunto de informações da economia, sempre mirando a convergência da **inflação** para as metas determinadas pelo CMN.

Valor: A última projeção de **inflação** do Copom supera a meta, mesmo assumindo por hipótese que os juros não caiam. Isso quer dizer o aperto monetário é insuficiente?

Guardado: Apesar de a Selic estar em um patamar bastante alto - e há muitas críticas em torno do patamar - a nossa estratégia de desinflação é lenta. Isso ocorre em observância ao nosso objetivo secundário de suavizar os ciclos de atividade. Se fôssemos de fato mirar em convergir a **inflação** ainda em 2023, o nível da taxa de juros deveria ser muito mais alto. Na verdade, o que estamos projetando é essa trajetória de desinflação até o final de 2024. A desancoragem das expectativas aumenta o custo da desinflação. Então temos a situação em que essa taxa mais restritiva tenha que permanecer por um período maior para garantir a convergência da **inflação**.

Valor: No ano passado, a sra. foi dissidente num voto por uma pequena alta de juros porque estava em dúvida se a atividade iria se desacelerar e criar uma ociosidade na economia para fazer a **inflação** baixar. Como evoluiu sua visão?

Guardado: O que a gente observou foi uma revisão para cima no hiato calculado pelo Banco Central no final do ano passado, mas foi muito marginal. Naquele momento, havia um debate grande sobre o quão perto de zero o hiato estaria. De lá para cá, com a evolução da economia e pelo que indicam as nossas projeções, a direção do hiato é de alguma abertura nos próximos trimestres. Isso nos dá um pouco mais de conforto de que a nossa estratégia está surtindo efeito.

Valor: Naquele período, o Copom chegou a sinalizar a possibilidade de começar a cortar o juro a partir de junho. O que aconteceu para esse cenário ter mudado?

Guardado: De lá para cá, tivemos dados de atividade que, ainda que demonstrassem uma desaceleração no segundo semestre, tinham uma economia relativamente resiliente, em particular o mercado de trabalho. Continuamos a observar - e acho que isso ficou mais claro ao longo desse primeiro trimestre - que há ainda uma certa persistência na **inflação**. A **inflação** de serviços, nós temos dito isso já há alguns meses, é um grande foco de atenção do Copom, e ela continua rodando bastante alta. Claro, tivemos essa desancoragem das expectativas, que nesse ambiente aumenta o custo de desinflação.

A interpretação de que o trabalho do Copom é político não é apenas factualmente errada, também é muito injusta"

Valor: Uma crítica frequente às expectativas é que

elas refletem a visão do mercado, que gostaria de juro alto. A crítica está certa?

Guardado: O Banco Central usa as expectativas nos seus modelos de acordo com as melhores práticas internacionais. Elas são muito importantes porque servem como um farol, muitas vezes para agentes econômicos que não acompanham a **inflação** no detalhe, que muitas vezes não têm uma opinião muito bem formada sobre o que vai acontecer com a **inflação**. Sendo esse farol, muitas vezes vão balizar o que trabalhadores e empresas acreditam que vai acontecer com a **inflação**, se vai acelerar, se vai desacelerar, se vai estar na meta ou não, para embasar seus reajustes de preços e salários.

Valor: Uma das razões para a desancoragem das expectativas é que pode haver uma mudança na meta de **inflação**. Não caberia ao Banco Central apenas levar em conta que o governo está discutindo, de forma legítima, a meta?

Guardado: Importante reforçar que a meta é uma decisão do governo, o BC tem apenas um voto dentro do CMN. A nós cabe seguir a meta. O que notamos e colocamos na ata do Copom é que essa desancoragem aumenta o custo da desinflação que estamos tentando empreender. Decisões que permitam uma reancoragem das expectativas poderiam diminuir esse custo.

Valor: O Copom está dividido no seu diagnóstico sobre se a desaceleração do crédito é muito forte?

Guardado: Não. Acho importante enfatizar que acreditamos no princípio da separação. Nós observamos que a estratégia de juros está focada no nosso objetivo primário de manter a **inflação** em linha com as metas do CMN e temos vários instrumentos, de liquidez, macroprudenciais, que já foram inclusive usados no passado, para endereçar problemas no mercado de crédito bancário, caso eles venham a surgir. O que debatemos no Copom é um pouco mais o grau da desaceleração. Observa-se que em alguns segmentos há uma desaceleração um pouco mais forte desse nível de crédito. Mas o Banco Central está pronto e tem os instrumentos para agir caso surjam fricções relevantes.

Valor: O fato de alguns membros do Copom acharem que a desaceleração está muito mais forte em alguns segmentos não significa que a economia poderá recuar mais do que o previsto?

Guardado: Nossa percepção é que, por enquanto, de forma agregada, o crédito desacelera em nível compatível com a política monetária contracionista.

Valor: Qual é a sua visão sobre o arcabouço fiscal divulgado?

Guardado: É importante reconhecer que, junto com a reoneração dos combustíveis, a publicação do arcabouço ainda em março reforça o compromisso do Ministério da Fazenda com o pacote que foi anunciado em janeiro. Mas o arcabouço ainda tem um longo caminho de discussão no Congresso. Nós precisamos ter serenidade e paciência com esse processo que vai se desenrolar. Queria, entretanto, reforçar o que já escrevemos na ata, que não há relação mecânica entre a convergência da **inflação** e a apresentação do arcabouço. A convergência das expectativas em direção à meta é muito condicional ao comportamento das expectativas de **inflação**, da própria **inflação** corrente e dos preços de ativos.

Valor: O Copom tirou uma menção que fazia nas suas atas sobre o impacto da política fiscal na demanda agregada. Hoje, esse impulso fiscal é uma preocupação menor para o Copom?

Guardado: Na própria ata, escrevemos que essa decisão da reoneração dos combustíveis, que já estava inclusive incorporada no nosso cenário-base, foi de uma certa maneira uma boa etapa no sentido de diminuir eventuais políticas de sustentação para a demanda agregada.

Valor: Diante da crise bancária nos EUA e na Europa, o BC deveria ter uma ação mais cautelosa?

Guardado: Nos Estados Unidos e na Europa, os eventos recentes de estresse localizados em alguns bancos aumentaram um pouco os riscos em torno do cenário. Ao mesmo tempo, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, observou-se alguma resiliência de atividade, mas principalmente da **inflação**. Aumentou essa chance de termos persistência inflacionária mais duradoura. Por outro lado, com o cenário de estresse bancário, há o risco de uma desaceleração de crédito também mais forte lá. Como os bancos centrais resolveram lidar com isso? Usando o princípio da separação. Tanto nos Estados Unidos quanto na Europa continua a haver um processo de subida de taxa de juros, e buscaram lidar com os problemas bancários, cada um a seu modo, usando outros mecanismos. No Brasil, não notamos um impacto desse estresse internacional no sistema bancário.

Valor: Como está a preparação da presidência do Brasil no G20?

Guardado: Estamos bastante animados com a perspectiva de o Brasil sediar o G20 em 2024, e vemos também uma expectativa bastante grande dos demais membros do G20 com essa nossa presidência.

Temos uma ótima interlocução com a Fazenda na organização desse evento.

Valor: Como está o apetite dos investidores em relação ao Brasil com a mudança do governo?

Guardado: Temos observado bastante interesse. O Brasil tem uma avaliação positiva da condução da política monetária. Há alguns questionamentos em temas mais estruturais. À medida que medidas importantes colocadas pela Fazenda evoluam, como o arcabouço [fiscal] e a **reforma tributária**, o interesse deve aumentar.

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/04/04/nao-da-para-prever-quando-juro-pode-cair-diz-guardado.ghtml>

Governo quer economizar R\$ 360 bi com juros até 2031 com arcabouço fiscal.

Economistas dizem se é possível

Por Renan Monteiro

A equipe econômica quer economizar R\$ 360 bilhões com juros até 2031, pelas estimativas apresentadas no arcabouço fiscal. O número chamou a atenção e foi considerado muito otimista por economistas ouvidos pelo GLOBO, que alertaram que o governo pode encontrar dificuldades para atingir essa meta.

Juliana Inhasz, professora de economia do Insper, diz que a estimativa só será alcançada se tudo certo, não só com o novo arcabouço, mas com uma série de outras medidas que precisarão ser implementadas pelo governo federal e o Congresso.

- É um checklist muito extenso. No final do dia, essa projeção só vai se realizar se tudo der muito certo. Isto inclui a aprovação da **reforma tributária**, com ganho de receita expressivo; crescimento econômico; e mesmo os votos necessários para aprovar as medidas sem precisar abrir mão de orçamento com emendas. Além disso, precisaria que o cenário internacional ajudasse também - diz Inhasz.

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, calcula que, para o governo economizar R\$ 360 bilhões com juros da dívida pública, a taxa básica de juros, a Selic, precisaria cair dos atuais 13,75% ao ano para 4% ao ano em 2031. No cenário apurado pelo Banco Central, a taxa básica de juros cai para 10% em 2024 e posteriormente fica em 9% em 2025 e 2016.

- Essa questão do pagamento de juros está atrelada não só ao que foi indicado pelo arcabouço, mas a todo esse conjunto de medidas que o Ministério anunciou desde janeiro - analisa Matheus Pizzani, economista da CM Capital.

A conta de juros do governo federal, estados, municípios e empresas ficou no valor de R\$ 64,153 bilhões em fevereiro de 2023. Mais que o dobro do total de fevereiro de 2022, de R\$ 26,016 bilhões. Essa alta reflete principalmente o forte aumento da Selic pelo Banco Central, que saltou de 2% para 13,75% desde janeiro de 2021.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron,

explicou que a simulação de uma economia de R\$ 360 bilhões considera uma queda média de 1 ponto percentual em toda a "curva de juros", ou seja, nos contratos negociados pelo mercado com vencimentos mais curtos e mais longos.

- A projeção mostra o quanto tem de efeito positivo se a gente criar estabilidade e tirar um pouco de ruído da curva de juros. Se a gente fizer isso, conseguimos economizar quase R\$ 400 bilhões, o que representa mais do que o país investiu nos últimos 10 anos - disse.

Quando o endividamento do governo aumenta, a projeção de juros futuros tende a subir, porque há mais risco. No desenho fiscal apresentado pelo Ministério da Fazenda, o objetivo é estabilizar a dívida pública em relação ao **PIB** e traçar uma trajetória de redução. Com um menor risco, o governo pode se financiar com taxas mais baixas.

O economista André Perfeito, todavia, explica um cenário que pode ajudar o governo nesse processo: o fato de a taxa Selic não ter perspectiva de redução no curto prazo não necessariamente impede uma eventual redução nos juros futuros. Nesse caso, se o plano fiscal apresentado pelo governo tiver efeitos práticos positivos, os juros mais longos podem cair.

- A Selic coordena uma parte da curva de juros. O Tesouro emite dívida com vencimentos de vários tipos, não necessariamente mais curto. São metas ousadas e há muitas variáveis. Agora, até segunda ordem, está bem encaminhado, há um plano fiscal que pode se encaminhar - analisa.

A Selic, porém, continua tendo um papel significativo. O Banco Central estima que para cada elevação de 1 ponto da Selic, mantida por 12 meses, há alta de 0,38 ponto da dívida bruta do país, ou R\$ 38,6 bilhões. Os dados mais recentes indicam uma dívida de 73% em relação ao **PIB**.

Ao mostrar um controle efetivo nas contas públicas, o governo também espera resgatar o chamado "grau de investimento", que foi alcançado no país pela primeira vez em 2008, no segundo mandato de Lula. As

agências de risco Standard E Poor's, Fitch e Moody's retiraram este "selo" entre 2015 e 2016, diante do cenário fiscal do país na época.

- Se o arcabouço for suficiente para atingir os objetivos apresentados, se o cenário internacional e doméstico de **inflação**, juros e crescimento econômico se alinhar e for favorável ao Brasil, talvez no final de 2026 o Brasil consiga atingir o grau de investimento. Acreditamos, porém, que é difícil. Não é só matemática. O cenário econômico muda conforme o cenário doméstico e internacional - cita Alex Agostini.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/governo-quer-economizar-r-360-bi-com-juros-ate-2031-com-arcabouco-fiscal-economistas-dizem-se-e-possivel.ghtml>

Josué diz que indústria não irá admitir alíquota maior

Ricardo Mendonça De São Paulo

Após fazer uma enfática defesa da **reforma tributária** nos termos em que a discussão está sendo colocada pelo governo, o presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, ressaltou que a entidade não irá admitir uma alíquota maior para bens da indústria de transformação como forma de compensar "as necessárias e justificadas exceções" à alíquota comum do futuro IVA, como itens da cesta básica e serviços médicos.

A possibilidade de calibrar as eventuais concessões onerando outros setores foi levantada dias atrás pelo secretário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Josué reclamou que a indústria paga cerca de 30% do total de **tributos** do país, enquanto representa só 11% ou 12% do **PIB**. E, de resto, listou elogios à reforma.

Anfitrião e mediador de um debate sobre o tema com deputados integrantes do Grupo de Trabalho (GT) que deve elaborar a proposta a ser levada ao plenário, ele reforçou que a entidade é favorável à "**reforma tributária** do IVA". O Imposto sobre Valor Agregado é um dos pontos centrais da proposta. A ideia é unificar cinco **tributos** em um, com alíquota válida para todo o país. Ele defendeu cobrança do tributo no destino, não na origem dos produtos, isenção em exportações, eliminação de resíduos, redução no tempo para devolução de créditos tributários e "a alíquota mais isonômica possível".

E, assim como os parlamentares presentes, buscou afastar a ideia de competição com o agronegócio.

"Não é verdade que o IVA irá trazer aumento de carga", disse. "O IVA não tributa nenhum setor, mas o consumidor final. Admiramos a pujança do nosso agro. Mas é uma pena quando ouvimos que preferem exportar in natura do que fazer qualquer processamento porque teriam menor retorno em relação ao capital investido." Os deputados negaram que haja uma disputa entre interesses do agro e da indústria no âmbito da formulação da reforma.

Coordenador do Grupo de Trabalho da reforma na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG) citou que o agro também sofre com a exportação de resíduos

tributários, embora em menor escala, problema que tende a ser eliminado.

Resíduos são **tributos** acumulados ao longo da cadeia produtiva que nem sempre são compensados com devoluções pelo Estado.

Tendem a ser maiores nas cadeias mais longas, o que não é o caso de grandes exportadores do campo que vendem produtos in natura ou com pouco processamento.

Lopes lembrou que o segmento já foi muito beneficiado pela Lei Kandir, de 1996, que isenta de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços produtos e serviços destinados à exportação.

Com a **reforma tributária**, disse, o agronegócio poderá melhorar ainda mais a competitividade se aproveitar a ocasião para agregar valor aos itens antes da exportação.

Depois de dizer que queria ouvir mais do que falar, o deputado relator da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), foi na mesma linha. "Não é briga de agro e de indústria", disse.

Ribeiro reiterou que a reforma será feita com a adoção de longos períodos de transição. Ele e Lopes confirmaram que o texto será concluído no dia 16 de maio, com expectativa de aprovação em plenário ainda no primeiro semestre.

O deputado Ivan Valente (Psol- SP) fez ressalvas. "Haverá ganha ganha?"

Eu acho difícil. Alguns vão pagar mais e devem pagar mais.

Devem porque lucram muito", disse, lembrando que o foco principal deve ser reduzir desigualdades.

Valente lembrou que o país continua refém de um clima de forte polarização e que isso pode representar riscos à futura norma tributária, já que as regras de transição são longas. "Mesmo que [a reforma] passe, haverá condições de normalidade política e democrática para se caminhar?", indagou.

Tabata Amaral (PSB-SP) chamou a atenção para a

baixa participação de mulheres e negros na discussão, ressaltou a importância da busca por progressividade e alertou que um novo modelo precisa levar em consideração a questão da sustentabilidade ambiental.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187511?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187511?page=1§ion=1)**

Perto dos 100 dias, governo ainda luta para ter uma base sólida no Congresso

Fabio Murakawa, Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto, Vandson Lima e Caetano Tonet De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegará aos cem dias de governo sem uma base sólida no Congresso. Auxiliares próximos do presidente já estão resignados com o fato de que, ao menos neste início de mandato, o Palácio do Planalto terá que trabalhar com esse apoio instável no Parlamento.

Lula saiu vitorioso em outubro do ano passado na eleição mais polarizada da história do Brasil.

Obteve 50,9% dos votos contra 49,1% do rival - uma vantagem de pouco menos de 2 milhões em um contingente de 117,2 milhões de votos válidos.

O líder da esquerda, além disso, chegou ao poder com um Congresso majoritariamente de direita e centro-direita. E não obteve sucesso até o momento em conseguir uma maioria confortável na Câmara e no Senado.

No início de março, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), fez um diagnóstico da situação.

"Hoje o governo ainda não tem uma base consistente nem na Câmara e nem no Senado para enfrentar matérias de maioria simples, quanto mais matérias de quórum constitucional", afirmou.

O governo acredita ter um apoio sólido de 200 a 250 deputados.

Mesmo na projeção mais otimista, o número é insuficiente para atingir a maioria simples de 257 dos 513 parlamentares da Casa.

Para o quórum constitucional, de 308 deputados, Lula precisará dos votos de uma "base ampliada" e da "oposição conversável".

No Senado, a situação é um pouco melhor, embora longe de ser cômoda.

O governo tem certos os votos de cerca de 45 dos 81 senadores, embora interlocutores de Lula afirmem que essa base é igual aos 49 votos obtidos por Rodrigo Pacheco em sua reeleição na presidência da Casa. De qualquer forma, o Planalto terá que negociar com a

oposição para aprovar emendas à Constituição.

Com esse quadro, o governo deve centrar sua munção neste primeiro ano em pautas de interesse econômico e social, como o arcabouço fiscal e a Medida Provisória do Bolsa Família. Temas comportamentais caros à esquerda não são encarados como pautas do governo.

Na Câmara, partidos que são independentes aguardam que o Palácio do Planalto destrave indicações em cargos de segundo escalão.

Apenas a partir daí ficará mais claro quais estão realmente dispostos a fortalecer a base governista na Casa. Além dos cargos, o governo jogará com a liberação de emendas para angariar votos.

Porém, mesmo entre os que já foram contemplados com vaga na Esplanada, há insatisfação pela dificuldade de acesso às verbas.

Com 59 deputados, a bancada do União Brasil é o principal foco de desconforto. Com três ministérios, os parlamentares liderados por Elmar Nascimento (União-BA) reclamam frequentemente de dificuldades de interlocução para a apresentação de suas demandas.

A formação de mais de um bloco independente na Câmara tende a descentralizar as negociações, atualmente muito concentradas em Arthur Lira. O presidente da Casa continuará sendo um interlocutor de primeira hora, mas o governo quer ter mais opções ao alcance para a negociar ampliação da base e avanço de propostas.

Ainda que tenha protagonizado embates duros com Rodrigo Pacheco (PSD-MG) por causa do rito das comissões mistas, Lira tem cumprido o que sinalizou aos governistas antes de ser reconduzido ao principal posto da Câmara. O PT e outras siglas aliadas a Lula apoiaram sua reeleição, e ele prometeu colaborar para o sucesso de pautas prioritárias do presidente.

Lira deve trabalhar pela aprovação do arcabouço fiscal e no avanço da **reforma tributária**. Em 11 de abril, o relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentará um texto preliminar com os pontos consensuais e um apanhado geral no grupo de trabalho que analisa a proposta.

Ainda assim, após semanas de negociação, as comissões temáticas do Congresso foram instaladas nas primeiras semanas de março, mas os colegiados não entraram em pautas consideradas mais importantes para o governo. Com a base desorganizada, o Planalto também não conseguiu impedir a ofensiva da oposição, que conseguiu as assinaturas necessárias para que seja aberta a CPI para investigar invasões de terras pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em outra frente, o governo deve ser afetado diretamente pela ausência de um acordo entre Lira e Pacheco sobre as comissões mistas que analisam as medidas provisórias. Lula tem tentado não tomar partido na disputa.

Responsável pela articulação política, o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) atuou para encontrar um meio termo. Apesar de algumas comissões saírem do papel nas próximas semanas, Lula deve ser forçado a recorrer às MPs apenas quando o tema exigir urgência.

No médio prazo, o governo aposta no desgaste de Bolsonaro - que pode se tornar inelegível pela Justiça Eleitoral e está envolvido no escândalo das joias da Arábia Saudita - e na paulatina desidratação do poder de Lira para aumentar sua influência sobre o Congresso.

Conta também com a distribuição de cargos de escalões inferiores e a liberação de emendas para conseguir mais votos na Câmara.

No Senado, a proximidade entre Lula e Pacheco, selada na última eleição ao governo de Minas, tende a abrir caminhos para o governo no próximo biênio. Foi ainda em julho de 2022, na condição de pré-candidato ao Planalto, que Lula começou a estreitar laços com o presidente do Senado.

Para ter à disposição o palanque de Alexandre Kalil (PSD), candidato ao governo do Estado, o PT sacrificou a candidatura ao Senado de Reginaldo Lopes e apoiou Alexandre Silveira, amigo de Pacheco há mais de 20 anos. Kalil e Silveira foram derrotados, mas Minas exerceu papel fundamental na eleição de Lula - e o vínculo com Pacheco permaneceu.

Já eleito, Lula o encontrou em novembro para tratar da PEC da Transição. A proposta começou a tramitar pelo Senado e teve como relator Silveira, depois nomeado ministro de Minas e Energia. O grande articulador nos bastidores, contudo, foi outro aliado de Pacheco, e que viria a ganhar espaço privilegiado no governo: Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), ex-

presidente do Senado e fiador das indicações de Waldez Góes (Integração Regional) e Juscelino Filho (Comunicações) entre os ministros de Lula.

Como resultado, Pacheco recebeu apoio explícito do governo Lula na eleição da mesa, em fevereiro, com os cinco senadores que haviam sido designados ministros retornando provisoriamente ao cargo só para garantir a reeleição do mineiro, que venceu o bolsonarista Rogério Marinho (PL-RN) por 49 votos a 32. Reeleito, ele contemplou aliados na distribuição da presidência das comissões do Senado, deixando a oposição sem qualquer comando entre os 14 colegiados temáticos.

A iniciativa também facilita a vida do governo federal, que terá assim um encaminhamento mais fácil de matérias que tramitem no Senado.

Na Câmara, a situação é menos confortável para o governo. Ao articular sua reeleição, Lira fechou acordos com a oposição, que passou a ter controle de comissões importantes: Fiscalização Financeira e Controle; Saúde; e Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por exemplo. O PT, contudo, conseguiu a presidência das duas principais comissões, Constituição e Justiça e Finanças e Tributação.

O PSD de Pacheco é a maior bancada do Senado, com 16 parlamentares, e está em sua maioria alinhado ao governo - o que não significa ausência de queixas. Em março, a bancada se reuniu com os três ministros indicados pelo partido - Carlos Fávaro (Agricultura), Alexandre Silveira (Minas e Energia) e André de Paula (Pesca) - e o clima foi de reclamação pela demora do governo em liberar cargos.

A bancada também se uniu em um ato de desagravo a Silveira, alvo de críticas de alas do PT, incluindo sua presidente, Gleisi Hoffmann.

Coube a Pacheco o papel de bombeiro, comprometendo-se a buscar um encontro do grupo com Lula. A reunião ainda não ocorreu, mas Pacheco e Lula estiveram juntos na terça-feira (28) passada por mais de duas horas.

Na semana passada, Lula renovou o convite para que Pacheco o acompanhe na viagem à China, remarcada para o dia 11.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187511?page=1§ion=1>

Mudança em benefício fiscal via ICMS renderia até R\$ 90 bi, diz Haddad

RENAN MONTEIRO, KAROLINI BANDEIRA E MANOEL VENTURA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

No conjunto de medidas que o governo pretende colocar em prática para elevar as receitas e alcançar as metas fiscais previstas no novo arcabouço, a de maior volume diz respeito a empresas com incentivos fiscais concedidos por estados, via ICMS. Em entrevista ontem à GloboNews, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, explicou que as companhias só poderão abater esse crédito da base de cálculo de **impostos** federais se o valor for destinado a investimentos, não a custeio. A medida, segundo ele, pode render de R\$ 85 bilhões a R\$ 90 bilhões.

Com a mudança em avaliação no governo, os benefícios fiscais do ICMS seriam considerados como uma reserva de lucro e, conseqüentemente, seriam tributados pelo governo federal ao serem computados no cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O tema está em discussão no Judiciário e é alvo de controvérsia.

Haddad reforçou que "é hora de cobrar de quem não paga". Ele afirmou que o governo fará correções tributárias até o segundo semestre deste ano, mas que isso não significará um aumento de **impostos** para os brasileiros.

- Não precisa aumentar imposto para atingir o objetivo, basta cobrar de quem não paga. Privilégios precisam ser cortados.

A nova regra-apresentada na semana passada-prevê redução do déficit este ano, contas no zero a zero no próximo e superávits a partir de 2025. Pelo atual parâmetro, a proposta precisaria de incremento de receita entre R\$ 100 bilhões a R\$ 150 bilhões, segundo o ministro da Fazenda. A discussão sobre eventual aumento de **impostos** veio a partir dessa necessidade de receita adicional.

-Não tem espaço para discutir politicamente isso (aumento da carga). Um liberal, na minha opinião, deveria ser aliado do governo agora (para) de fato aprovar a **reforma tributária** e acabar com os privilégios do (atual) sistema tributário -disse Haddad.

R\$ 8 BI COM COMÉRCIO ILEGAL Para fechar essa

conta, outra medida antecipada por Haddad será o combate ao contrabando no comércio eletrônico. O ministro explicou que espera arrecadar de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões taxando empresas que hoje se utilizam de artifícios para não pagar **tributos**. A maior parte delas é chinesa e se tornou bastante popular no Brasil por conta da facilidade de importação.

- Tem a ver com contrabando, uma empresa tem comércio eletrônico e faz passar por remessa pessoa a pessoa para não pagar **impostos**. As empresas brasileiras e estrangeiras, que estão sofrendo a concorrência desleal, estão pedindo providências com a Receita-disse Haddad.

O governo espera arrecadar ainda um mínimo de R\$ 12 bilhões ao ano com a taxaço de apostas esportivas on-line, principalmente sobre resultados de futebol, também chamadas de sports betting. A medida não incluiria jogos de videogame ou esportes eletrônicos, chamados de e-sports.

- Não é justo não tributar uma atividade que muitas pessoas nem concordam que exista no Brasil, mas é uma realidade do mundo virtual. Ela (previsão de arrecadação) subiu. A gente estava trabalhando com até R\$ 6 bilhões, mas é no mínimo o dobro, de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões.

A relação com o Banco Central foi outro assunto tratado na entrevista à GloboNews. Segundo o ministro da Fazenda, a autarquia brasileira não está considerando, na decisão sobre juros, eventual risco no sistema bancário. Para ele, houve "sinal amarelo" após a falência no Silicon Valley Bank e a crise do Credit Suisse: -Minha impressão é que o que está acontecendo no mercado de crédito, sobretudo de capitais, não está chegando inteiramente ao Banco Central. Está tendo uma retração forte, e depois do episódio da Americanas ficou mais forte - comentou Haddad, referindo-se aos efeitos restritivos na taxa de juros elevada, que eventualmente poderia acentuar a retração no crédito.

Mais tarde, Haddad teve o primeiro encontro com presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, desde que a autoridade monetária manteve a taxa básica de juros em 13,75% ao ano e o governo apresentou o novo arcabouço fiscal. Na saída, Haddad disse que a reunião foi muito boa: - Foi uma reunião

de rotina, em que a gente conversa sobre vários temas, alinha informações, estabelece alguns protocolos de como encaminhar as coisas. Foi muito boa. Conversamos sobre tudo.

Haddad garantiu que a nova regra será enviada ao Congresso antes do dia 15, junto com outras medidas de "recuperação da base fiscal".

- As equipes estão por conta disso desde sexta-feira. Como não tem sessão no Congresso, vão aproveitar esses dias para calibrar. Mas, certamente, antes do dia 15 estará no Congresso Nacional - disse o ministro. - Com as medidas que vão se somar ao arcabouço, que são de recuperação da base fiscal do Orçamento federal, isso vai dar condições de prosseguirmos harmonizando a política.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Nova regra necessita que a receita suba mais de R\$ 110 bi, diz Haddad

MARIANNA GUALTER SÃO PAULO GIORDANNA NEVES
EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA I SOFIA
AGUIAR/BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que precisa ampliar a receita do governo em R\$ 110 bilhões a R\$ 150 bilhões para viabilizar as metas do arcabouço fiscal, a nova regra divulgada na semana passada em substituição ao teto de gastos. Segundo ele, o projeto deve ser enviado ao Congresso só na próxima semana.

Para ampliar a arrecadação, o governo vai apresentar inicialmente três medidas para reforçar os cofres: taxação de apostas eletrônicas, com objetivo de arrecadar de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões por ano; taxação de e-commerces que driblam as regras da **Receita Federal**, não pagando **impostos** (o que o ministro chamou de "contrabando", com perdas estimadas de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões), e não permitir que subvenção a Estados para investimento seja equiparada a custeio - medida que pode render de R\$ 85 bilhões a R\$ 90 bilhões. "Ente R\$ 110 e 150 bilhões você zera o déficit no ano que vem", afirmou Haddad à GloboNews. Segundo ele, não é preciso "aumentar nem criar imposto para atingir esse objetivo". "Basta cobrar de quem não paga", disse.

A proposta de arcabouço fiscal apresentada pelo governo prevê zerar o rombo das contas públicas em 2024 e passar a ter superávits primários (receitas maiores que despesas, sem contar o pagamento dos juros da dívida) a partir de 2025.

Apesar de as equipes técnicas dos ministérios da Fazenda, Planejamento e Orçamento e Casa Civil terem trabalhado todo o fim de semana na formatação do texto final da proposta de novo arcabouço fiscal, ele pode ser enviado ao Congresso só na próxima semana, segundo Haddad.

O ministro garantiu que a proposta chegará aos parlamentares com medidas para a recuperação das receitas federais.

"As equipes estão por conta disso desde sexta-feira, trabalharam no fim de semana. Como não tem sessão do Congresso nesta semana, vão aproveitar esses dias para calibrar a proposta.

Se ficar pronto antes, enviamos até quarta-feira. Se não, mandamos na segunda-feira da semana que vem", afirmou.

"JACUTIS TRIBUTÁRIOS".

Como antecipou o Estadão, a caçada do ministro aos "jabutis tributários" para aumentar em até R\$ 150 bilhões a arrecadação envolve o fechamento de brechas na legislação usadas pelas empresas e pessoas físicas para pagar menos imposto e um esforço concentrado na defesa das grandes causas no Judiciário que podem reforçar o caixa do governo em caso de vitória da União.

Entre as medidas, o governo considera propor uma mudança na tributação dos fundos exclusivos usados pelos super-ricos para aplicar o seu dinheiro.

Nos governos passados, já houve três tentativas frustradas de mudar essa tributação. A **Receita Federal** é a maior defensora dessa mudança.

Haddad disse que o governo já sabia que teria de enfrentar "jabutis tributários", que vêm trazendo "efeitos desastrosos" à economia brasileira. Segundo ele, o governo tem sofrido problemas de natureza tributária e, além das derrotas da Receita no Supremo - a exemplo da exclusão ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins -, há normas que geram questionamento antes mesmo de a Corte se manifestar.

O ministro listou que, dos R\$ 100 bilhões perdidos com a exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, R\$ 30 bilhões já foram recuperados com medida provisória publicada pelo governo no início do ano. Haddad afirmou que um segundo conjunto de medidas será feito e deve recuperar as perdas com Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Outras medidas para correção de distorções foram elencadas pelo ministro, como a arrecadação com tributação sobre jogos de apostas, que deve gerar uma receita de pelo menos R\$ 12 bilhões, ante estimativa preliminar de R\$ 6 bilhões.

"Não é justo não tributar atividade que muitas pessoas nem concordam que exista no Brasil", acrescentou. O combate ao "contrabando oficial" também foi citado por Haddad, em referência ao "comércio eletrônico que

escamoteia, que se faz passar de remessa de pessoa para pessoa".

O ministro argumenta que a **reforma tributária** deve trazer para dentro do sistema quem hoje consegue sonegar. "O IVA é muito mais à prova de sonegação do que os **impostos** de hoje."

"Vamos crescer mais do que pessimistas estão prevendo", diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem os "pessimistas" que estimam que o Produto Interno Bruto (**PIB**) crescerá pouco neste ano. Na sua avaliação, a economia dará um "salto importante".

Lula não explicou, no entanto, como pretende promover esse impulso.

"Vamos ver o que vai acontecer quando as pessoas começarem a produzir mais", disse o presidente, em reunião ministerial. Lula disse que falou com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também tem feito críticas a avaliações negativas do mercado. "Acho que a gente vai crescer mais do que os pessimistas estão prevendo." Na última semana, o Ministério da Fazenda estimou uma expansão do **PIB** de 1,61%, para 2023, e de 2,34% para o próximo ano. O mercado financeiro, no entanto, é bem mais conservador: prevê 0,9% e 1,48%, respectivamente. "Se a gente ficar apenas lamentando aquilo que acha que não vai acontecer, ninguém vai investir em cavalo que não corre", disse.

"Nosso papel é apostar que este País vai dar certo e vai produzir mais do que aquilo que algumas pessoas estão esperando."

"Não é justo não tributar atividade que muitas pessoas nem concordam que exista no Brasil" Fernando Haddad Ministro da Fazenda

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fundo de Estados e municípios terá ao menos R\$ 48 bi por ano, diz Lopes

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O coordenador do grupo de trabalho da **reforma tributária**, deputado Reginaldo Lopes (PTMG), afirmou ao Estadão que o "ponto de partida" das negociações é o repasse de R\$ 48 bilhões por ano para o fundo que vai compensar Estados e municípios por perdas na arrecadação com a **reforma tributária**.

Esse é o valor que estava sendo negociado na legislatura passada para o período de 10 anos (R\$ 480 bilhões) do chamado Fundo de Desenvolvimento Regional, mas esbarrou na resistência do ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, que via na criação do fundo uma tentativa de sangrar os cofres da União.

Segundo Lopes, entre as propostas para abastecer o fundo está uma parcela de 5% do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal (o novo que será criado para substituir o PIS, Cofins e IPI). A outra opção é uma combinação de uma parcela do IVA federal com um percentual do "excesso" de arrecadação do IVA nacional, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Pela proposta de reforma dos **tributos** incidentes sobre o consumo de bens e serviços, o IBS unificará o ICMS (principal tributo dos Estados) e o ISS (municípios) num modelo de tributação dual: o IVA federal e nacional.

O fundo será criado para diminuir as desigualdades regionais entre os Estados e compensar a perda de parte da autonomia que os governadores terão para fazer política de desenvolvimento econômico com a supressão do poder de darem incentivos fiscais para atração de novos empreendimentos aos seus Estados.

TEMA SENSÍVEL.

A concessão desses incentivos fiscais fomentou a guerra fiscal entre os Estados e aumentou o caos tributário do País nas últimas décadas.

Ao longo das várias tentativas de aprovar a reforma, o tamanho do fundo tem sido sempre um dos temas mais sensíveis.

Lopes disse que não há valor definido e que as negociações ainda estão acontecendo, mas destacou a importância da criação do fundo para pavimentar a aprovação da reforma. O deputado petista contestou a

avaliação, que cresce no Congresso e entre os tributaristas, de que não há tanta convergência entre os Estados, como tem sido difundido pelo governo.

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), defendeu, na semana passada, que as dívidas dos Estados com a União entrem nas negociações como contrapartidas para os Estados que perdem com a reforma. "O que eles querem é o fundo de desenvolvimento.

Um sistema novo, que tem dois objetivos: fazer a transição do fim da renúncia fiscal e criar uma nova política", afirmou.

Sobre os incentivos da Zona Franca de Manaus, o deputado defendeu um novo modelo de desenvolvimento para a região, mas os detalhes ainda não estão fechados. Os parlamentares do grupo de trabalho terão, nos próximos dias 13 e 14, uma reunião, em Manaus, na Zona Franca e com os governadores dos estados do Norte.

TRATAMENTO DIFERENCIADO.

A demanda de diversos setores para um tratamento diferenciado de alíquotas é outro ponto sensível nas negociações que o coordenador avaliou que teve avanço. Para Lopes, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que tramita na Câmara, já resolve muitos dos problemas ao constar no texto os setores que poderão ter tratamento diferenciado: agronegócio, transporte de carga e de passageiros, educação, saúde e as entidades assistenciais.

"É um divisor de água importante que constrói o consenso para aprovação da **reforma tributária**", disse. Esses setores cobram que a previsão do tratamento diferenciado esteja na Constituição. "Isso foi um grande avanço, como é, eu acho, uma tendência", disse ele, deixando claro que os setores com tratamento diferenciado deverão estar previstos no texto constitucional no relatório.

"É uma tendência que esses setores terão essa válvula de escape", acrescentou.

Segundo ele, um dos pontos em discussão é se a lei complementar, que regulamentará os dispositivos da reforma, será apresentada em paralelo à tramitação da

PEC. A outra opção é aprovar a PEC e depois estabelecer um debate em relação ao tratamento diferenciado.

Lopes destacou que a calibragem das alíquotas do novo imposto para esses setores com tratamento dependerá de cálculos que estão sendo feitos. "Nós já estamos recebendo esses cálculos.

Vai ter de fazer esse encontro de contas para fazer a alíquota de equilíbrio", disse.

"(A PEC 45) É um divisor de água importante que constrói o consenso para aprovação da reforma"
Reginaldo Lopes Deputado (PT-MG) que coordena o GT da reforma

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad prevê arrecadar até R\$ 15 bi com tributação sobre sites de apostas

Por Edna Simão, Matheus Schuch e Gabriel Caprioli,
Valor - Brasília e São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou hoje que o primeiro pacote de medidas que o governo pretende adotar para dar sustentabilidade ao arcabouço fiscal vai alterar as cobranças de Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL) para corrigir distorções que acabam reduzindo a arrecadação da União, combate ao contrabando em comércio eletrônico e tributação das apostas eletrônicas. Em entrevista à Globonews, disse que essas medidas devem gerar uma ampliação da receita entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões. Somente com as apostas eletrônicas, o governo espera conseguir uma arrecadação adicional de algo em torno R\$ 12 bilhões e R\$ 15 bilhões. As projeções iniciais eram de que as chamadas "sport betting" poderiam render cerca de R\$ 6 bilhões.

"Não é justo não tributar uma atividade que muitas pessoas nem concordam que exista no Brasil. Se é uma realidade no mundo virtual nada mais justo que a Receita tributar", destacou, acrescentando que o ajuste depende de envio de projeto de Lei ou medida provisória ao Congresso Nacional.

No caso da alteração da CSLL, o objetivo é não permitir uma equiparação entre custeio e investimento para abatimento de tributo. Para a alteração, também seria necessário projeto de lei ou MP.

O ministro voltou a afirmar que são necessários cerca de R\$ 150 bilhões adicionais para atender os parâmetros do novo arcabouço e reclamou de parte das críticas recebidas ao desenho da nova regra fiscal. "Alguns se referem como se estivéssemos começando o jogo agora. Mas estamos há 10 anos aí cometendo erros", disse. Segundo ele, o governo anterior "colocou fogo no orçamento federal" na tentativa de reverter o cenário eleitoral, sem sucesso.

Sobre as empresas de comércio eletrônico, Haddad disse que o objetivo é evitar o "contrabando" de compras eletrônicas. Ele citou que tem varejistas que enviam a compra eletrônicas como fosse remessa pessoa a pessoa para não pagar imposto. "Empresas brasileiras e estrangeiras que estão sofrendo a concorrência desleal de um ou dois players mundiais e estão pedindo providências para a Receita", destacou.

"Daqui a pouco vai entrar com ação contra a **Receita Federal**", ressaltou, acrescentando que neste caso os ajustes podem ser feitos pelo Fisco. "Recompondo a base fiscal do devido. Não é aumento de carga tributária. Houve perda de carga tributária grande que estamos minorando ajustando o texto aquilo que o Brasil precisa, que é estímulo de investimento", contou.

Segundo o ministro, outras seis medidas estão sendo pensadas, mas devem ficar para depois da aprovação da **reforma tributária** a depender da "conveniência" e "oportunidade". Ele ressaltou que, pelo calendário do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados deve aprovar a proposta até julho e o Senado até outubro.

"Não é aumento de alíquota de imposto existente, nem criação de novos **tributos**. É você sanear o sistema tributário que é **absolutamente desorganizado**", destacou, complementando que a Receita vem sofrendo reveses nos últimos anos e não foram tomadas providências.

Inflação

Haddad defendeu que a implementação de estoques reguladores é fundamental para corrigir o ciclo do preço dos alimentos.

"Tem caído a **inflação** de alimentos, mas impacto ainda não se fez sentir", disse Haddad. "Estamos em um momento em que colheremos frutos da chuva, supersafra e queda nos preços".

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/04/03/haddad-preve-arrecadar-ate-r-15-bi-com-tributacao-sobre-sites-de-apostas.ghtml>

Relator de GT cita dificuldades de receber apoio de grandes municípios à reforma tributária

São Paulo

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator do grupo de trabalho (GT) da **reforma tributária**, disse nesta segunda-feira, 3, que, apesar da adesão dos governadores, a matéria ainda encontra algumas dificuldades para obter apoio de prefeitos dos maiores municípios do País. É o momento em que devemos ter a consciência de fortalecer institucionalmente o sistema tributário para, aí sim, todos ganharmos, defendeu o parlamentar, citando a reforma do sistema tributário na Índia como exemplo no qual a mudança no modelo de recolhimento de **impostos** levou a ganhos de arrecadação entre os entes da Federação.

Ao participar da reunião de diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o relator considerou não haver momento mais propício à construção da **reforma tributária**, dado o consenso de que o modelo atual se exauriu. Temos que fazer a **reforma tributária** para reformar um sistema danoso ao País, declarou.

A falta de presença do setor público no sistema tributário levou ao que Ribeiro chamou de autofagia setorial, referindo-se às distorções que levam alguns setores a carregar uma carga de **impostos** maior do que outros.

Apesar disso, ele ponderou que o debate não trata de briga entre agronegócio, indústria e serviços. Ao citar a transição de 50 anos para sua implementação total, o parlamentar assegurou que benefícios já contratados não serão alterados.

O deputado defendeu que a reforma tenha uma legislação única, seja o imposto sobre valor agregado (IVA) simples ou dual, com um imposto único federal e outro estadual/municipal. Um dos objetivos da reforma, também pontuou Ribeiro, deve ser mitigar as diferenças regionais do sistema.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/04/03/relator-de-gt-cita-dificuldades-de-receber-apoio-de-grandes-municipios-a-reforma-tributaria.htm>

Cotados para relatar arcabouço fiscal na Câmara preveem votação para maio

Thiago Resende

Deputados cotados para relatar o projeto do novo arcabouço fiscal afirmam que a votação da proposta deverá ser concluída na Câmara até o fim de maio.

Apesar de o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda não ter apresentado o texto ao Congresso, aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), têm dito que a tramitação será rápida na Casa.

Lira decidiu que o relator, responsável por negociar mudanças no projeto, será um deputado do seu partido, o PP. André Fufuca (MA), Fernando Monteiro (PE), Júlio Lopes (RJ) e Cláudio Cajado (BA) são os cotados. O nome de Cajado tem ganhado força nos últimos dias.

A expectativa, segundo fontes do governo, é que o texto seja concluído nesta segunda-feira (3). O Ministério da Fazenda encaminhará uma minuta para a Casa Civil, que irá remeter, na sequência, o projeto para apreciação do Congresso, o que pode ocorrer na quinta-feira (6).

"Na semana que vem não tem sessão na Câmara e no Senado, então nós vamos aproveitar esse momento para mandar o texto mais claro e transparente que possa ser redigido", disse o ministro Fernando Haddad (Fazenda) na última quinta-feira (30).

O cronograma pode sofrer atrasos devido ao feriado prolongado da Páscoa, que deve reduzir a presença de parlamentares em Brasília nesta semana. No entanto, o governo quer apresentar o texto antes de 14 de abril, quando a equipe econômica tem que entregar o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024.

Na semana passada, o presidente da Câmara afirmou que irá trabalhar para que a votação ocorra até o fim de abril. Mas aliados dele acreditam que esse prazo não será suficiente para a Casa analisar o tema.

A proposta começará a tramitar pela Câmara, que dará a palavra final. Um projeto de lei complementar normalmente é encaminhado para análise das comissões especializadas em assuntos contemplados pela proposta -as chamadas comissões de mérito.

Há ainda as comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, que podem analisar o mérito e/ou a admissibilidade dos projetos de lei complementar

Além disso, líderes da Câmara dizem que precisam avaliar detalhadamente cada ponto do novo arcabouço já que a regra é mais complexa que o teto de gastos - norma atualmente em vigor.

Desde que a proposta do novo arcabouço recebeu aval de Lula, várias equipes da ala econômica passaram a redigir o projeto de lei a ser encaminhado ao Legislativo.

A proposta pressupõe um crescimento das despesas federais limitado a 70% do avanço das receitas primárias líquidas observadas nos 12 meses até junho do ano anterior.

O ritmo de alta das despesas em cada ano estará ligado à variação das receitas, com a condição de que se situe no intervalo de 0,6% e 2,5%. Esses serão o piso e o limite máximo de alta real dos gastos sob a nova regra.

O arcabouço estipula também uma meta de resultado primário anual, mas com um intervalo de tolerância para cima e para baixo -a exemplo do sistema de metas para **inflação**.

Lira tem dito que só deve anunciar o relator do projeto quando o governo entregar o texto.

A indicação havia sido prometida ao deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), mas, segundo relatos de parlamentares, o fracasso das negociações entre o partido e o PP para a formação de uma federação partidária entre as duas legendas acabou minando o acordo.

Aliados de Lira afirmam ainda que, ao decidir colocar um correligionário nessa função, o presidente da Câmara e o presidente do PP, Ciro Nogueira, querem ter controle sobre a versão que será aprovada no Congresso.

Nogueira é senador pelo Piauí e foi ministro da Casa Civil no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Nesse contexto, Cláudio Cajado e André Fufuca são apontados como favoritos na disputa pela relatoria.

Cajado foi presidente do PP, enquanto Nogueira esteve na Casa Civil. O deputado tem familiaridade com a área fiscal pelo histórico na CMO (comissão mista de Orçamento), que é responsável por aprovar o Orçamento no Congresso.

E Fufuca é líder do PP na Câmara e um dos mais próximos do presidente do partido.

A previsão do presidente da Câmara é que o novo arcabouço fiscal seja votado antes da proposta de **reforma tributária** -que está em discussão na Casa e também é uma das prioridades do governo Lula.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/cotados-para-relatar-arcabouco-fiscal-na-camara-preveem-votacao-para-maio.shtml>

A agricultura na reforma tributária (Artigo)

Maílson da Nóbrega, Ex-ministro da Fazenda (1988-1990, governo Sarney) e sócio da Tendências Consultoria

A agricultura será beneficiada com a **reforma tributária** do consumo. Os créditos de **impostos incidentes** sobre os bens e serviços adquiridos poderão ser aproveitados. Caso o setor acumule créditos, a devolução será rápida e eficaz. Esta auspiciosa realidade consta de estudo preparado pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), disponível aqui.

Adicionalmente, a agricultura se beneficiará, de forma indireta, dos ganhos de eficiência derivados da reforma, o que implicará redução de custo de insumos e de outros componentes do processo produtivo rural. A desoneração das exportações e dos investimentos aumentará a competitividade do setor e, pois, sua rentabilidade.

A reforma se destina a eliminar o caos da tributação do consumo, a mais distorciva do mundo. Ela é uma das principais -talvez a maior- fontes de ineficiências, da queda de produtividade e do potencial de crescimento do **PIB**, do emprego e da renda.

O apoio a reforma é consensual. Os estados, que constituíam a maior resistência, estão a favor. Antes, preferiam o confuso ICMS, que utilizavam para atrair investimentos via incentivos fiscais. Agora, deram-se conta de que também perdem. O custo de gestão do tributo é excessivo. A base de arrecadação encolhe por ser limitada e pela generalização na concessão de incentivos.

Felizmente, o país dispõe de duas excelentes propostas, as melhores dos últimos 40 anos, as PECs 45 e 110. A primeira tramita na Câmara; a segunda, no Senado. As discussões em torno delas permitiram que as duas convergissem. Praticamente desapareceram as diferenças.

A reforma criará o Imposto sobre Bens e Serviços, uma incidência sobre o valor agregado (IVA), que substituirá cinco maus **tributos**: IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS. A simplificação será facilitada pelo fato de o sistema ser totalmente informatizado, tendo por base a nota fiscal eletrônica. A tributação em cascata (cumulatividade) desaparecerá. Haverá, assim, a desoneração integral das exportações e dos investimentos, impossível no sistema atual. Créditos acumulados serão devolvidos em 60 dias ou menos (pelas normas em vigor, pode levar vários anos).

A reforma incorporará o que há de melhor entre os mais de 160 países que adotam o IVA, principalmente regras extremamente simples e, idealmente, alíquota única. Proibirá a concessão de incentivos fiscais, eliminando a teia de benefícios tributários que provocam má qualidade do sistema e guerra fiscal. A alocação de recursos vai melhorar, aumentando a produtividade.

A Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) apoia a reforma, mas quer a manutenção do atual tratamento tributário do setor. É contra o fim da isenção da cesta básica de consumo, mas a experiência mostrou que esse regime é insatisfatório. Ela não se restringe aos segmentos de baixa renda, pois também beneficia os ricos, que consomem igualmente arroz, feijão, carne, leite, café e outros.

A reforma prevê uma saída melhor: a devolução do imposto pago pelos pobres até um certo valor. Na compra, eles informarão o CPF. Logo em seguida, o valor do imposto pago será devolvido no cartão de programas sociais. Isso será possível porque, além da informatização e da nota fiscal eletrônica, o país conta com amplas bases de dados sociais e com o uso disseminado de cartões eletrônicos. Desse modo, apenas as famílias pobres serão beneficiadas. Não dá para entender por que a FPA se opõe à mudança.

A adoção de uma alíquota única terá consequências positivas, diferentemente do que imagina a FPA. É o que prova o citado estudo do CCiF.

A agricultura é vital para o Brasil, mas preservar tratamentos especiais para segmentos da economia determinará a volta da complexidade da tributação do consumo. A competitiva agricultura brasileira não colheria os frutos dos avanços esperados com a **reforma tributária**.

[...] A Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) apoia a reforma, mas quer a manutenção do atual tratamento tributário do setor. É contra o fim da isenção da cesta básica de consumo, mas a experiência mostrou que esse regime é insatisfatório. Ela não se restringe aos segmentos de baixa renda, pois também beneficia os ricos

Maílson da Nóbrega, Ex-ministro da Fazenda (1988-1990, governo Sarney) e sócio da Tendências Consultoria

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50235>

Tributária deveria ser Plano Real de Haddad

- BRUNO CARAZZA

O livro "Saga Brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda" é o retrato mais vívido das idas e vindas do combate à hiperinflação no Brasil.

Narrado por quem acompanhou de muito perto as maquinações dos economistas, os dilemas dos políticos e o sofrimento dos cidadãos e das empresas, a obra de Miriam Leitão é o melhor registro histórico de um tempo que, passadas quase três décadas da estabilização, é até difícil lembrar ou, para os mais jovens, imaginar.

De acordo com o IBGE, de janeiro de 1980 a junho de 1994, a **inflação** medida pelo IPCA foi de inacreditáveis 11.256.886.924.720,80%. O descontrole de preços corroía o poder de compra dos salários, principalmente dos mais pobres. Sem horizonte de planejamento, empresas deixavam de investir para aplicar no overnight. Reajustes desenfreados distorciam os preços relativos e as pessoas perdiam a referência de valor dos produtos e serviços.

Pôr fim a esse descalabro envolveu um longo processo de tentativas e erros que passou por cinco planos econômicos (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e II) e padrões monetários (de cruzeiro a cruzado, cruzado novo, cruzeiro novamente e cruzeiro real) até finalmente se atacar o problema com a complexidade que ele exigia no Plano Real, de 1994.

O desafio imposto à aprovação da **reforma tributária** em 2023 vem sendo comparado à missão assumida por Fernando Henrique Cardoso ao ser nomeado ministro da Fazenda por Itamar Franco 30 anos atrás, em 19 de maio de 1993.

Parece incrível, mas os brasileiros haviam se acostumado a conviver com uma **inflação** acima de 40% ao mês. Mecanismos de indexação e correção monetária anestesiavam o caos; empresas mobilizavam exércitos de contadores para lidar com as mudanças de regras e remarcação de preços.

Conviver com cinco **tributos** diferentes, com alíquotas e bases de incidência estabelecidos pela União, 27 Estados e mais de 5.500 municípios para cada bem e serviço comercializado no país não fica muito longe, em bizarrice, do que lidar com um regime hiperinflacionário. Mas artimanhas como créditos tributários, diferimentos, isenções, cálculos por dentro

e por fora, geram a falsa impressão de que a carga paga é menor do que realmente é.

Como no passado, recursos que deveriam ser empregados nos processos produtivos são destinados a contadores e advogados. Provisões devem ser feitas nos balanços para dar conta do contencioso tributário, assim como o capital de giro das empresas era drenado para o overnight nos tempos da hiperinflação.

Naquela época, cada aumento de preços praticado por uma empresa resolvia momentaneamente seu problema de caixa, mas prejudicava a economia como um todo, pois alimentava o dragão da **inflação**. Hoje, sempre que um setor obtém algum alívio com benefício tributário, o sistema se torna mais confuso e desordenado.

Como na época da **inflação** acima de 1.000%, perdemos a noção de preços relativos.

Produtos semelhantes têm preços distintos por causa de tratamentos tributários diferentes. Os pobres, como sempre, são os que mais sofrem.

FHC assumiu o Ministério da Fazenda quando ninguém mais acreditava ser possível controlar a hiperinflação.

Enfrentou desconfiança após diversos planos econômicos fracassados e a resistência de setores que lucravam com o caos. Três décadas depois, seu xará Haddad encontra-se na mesma situação. Todos desejam um sistema tributário simples e eficiente, mas empresários alertam para os riscos de perdas generalizadas caso seus pleitos não sejam atendidos.

Se Haddad quer uma transformação realmente estrutural na economia, precisa seguir, na **reforma tributária**, os mesmos passos de FHC no Real.

O senso de urgência exigiu preencher todos os cargos da equipe econômica com um super time de profissionais de renome com a missão de entregar um plano coerente de combate à hiperinflação: Pedro Malan, Edmar Bacha, André Lara Resende, Persio Arida, Gustavo Franco, Winston Fritsch e muitos outros.

A **reforma tributária**, contudo, ainda é a "reforma de

Bernard Appy". A despeito da qualidade técnica do Secretário Extraordinário de Haddad, é imprescindível atrair para o governo outros economistas e tributaristas de peso para unir esforços nesta missão. Mudar radicalmente o sistema não pode ser trabalho para "um exército de um homem só".

Mais do que isso. Assim como FHC precisou convencer Itamar Franco da complexidade de sua tarefa, Haddad precisa fazer com que Lula se engaje e se comprometa publicamente com a **reforma tributária**, fato que até agora não aconteceu.

O atual ministro da Fazenda também precisa entender que as chances de sucesso da **reforma tributária** dependem de uma estratégia bem-sucedida de comunicação.

O lançamento do Plano Real foi anunciado como o início de uma nova era em propagandas massivas no rádio, na TV e na imprensa.

Membros da equipe econômica eram figuras constantes em programas de entrevistas explicando para a sociedade mudanças tão complexas, como a adoção da URV. Explicitar para consumidores e empresários as vantagens do IVA deveria ter a mesma prioridade na agenda do Ministério da Fazenda e na agência de comunicação do governo federal.

Há trinta anos, parecia impossível derrotar a **inflação**.

A adoção do Real teve um efeito tão profundo na sociedade brasileira, que Miriam Leitão decidiu escrever um livro para retratar aquela saga e manter a "memória acesa, depois da angústia apagada", como cita o verso de Cecília Meireles utilizando como epígrafe da sua obra.

Fernando Haddad e Lula precisam entender o tamanho da responsabilidade de se aprovar a **reforma tributária**. Se não for pelo legado que ela pode trazer à população brasileira, que seja pelos ganhos políticos que o Plano Real trouxe para Itamar Franco e FHC três décadas atrás.

Após arranjo fiscal, reforma merece máxima atenção

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187510?page=1§ion=1>

Arcabouço fiscal: O que será preciso para a nova regra funcionar

Por Sergio Lamucci, Edna Simão, Rafael Vazquez, Fabio Murakawa, Lu Aiko Otta e Marcelo Ribeiro, Valor - São Paulo e Brasília

02/04/2023 15h08 Atualizado 02/04/2023

O sucesso da nova regra fiscal dependerá em grande parte da expansão significativa das receitas. Para funcionar, o governo terá de encontrar fontes de arrecadação para cumprir as metas de resultado primário (excluem os gastos com juros) projetadas para este e para os próximos anos, importantes para estabilizar a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (**PIB**). O desafio não é simples, num cenário em que as receitas substanciais obtidas nos últimos anos com a **inflação** mais alta e o pagamento de expressivos dividendos pelas estatais não deverão se repetir.

Além disso, parte das iniciativas para elevar a arrecadação pode enfrentar resistências no Congresso, ainda que as regras gerais do novo arcabouço possam ser aprovadas sem grandes problemas. As despesas, por sua vez, terão sempre crescimento real, num intervalo de 0,6% a 2,5% acima da **inflação**. A nova regra fiscal é importante para indicar uma trajetória sustentável para as contas públicas, o que é fundamental para reduzir incertezas, abrindo espaço para o Banco Central (BC) começar a cortar os juros.

O que o governo para arrecadar até R\$ 150 bilhões num período de 12 meses

Ao anunciar o novo regime fiscal na quinta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o governo vai anunciar na semana que vem uma série de medidas para reforçar o caixa do governo em R\$ 100 bilhões a R\$ 150 bilhões. O cardápio de iniciativas em estudo inclui a tributação de apostas esportivas eletrônicas, que poderia gerar R\$ 5 bilhões. Além disso, o governo avalia alinhar a cobrança do Imposto de Renda dos fundos exclusivos, que abrigam aplicações de investidores de renda elevada, com os demais fundos.

Em vez de cobrar apenas no resgate dos recursos, a tributação passaria a ser feita duas vezes por ano, instituindo o que se chama de come-cotas. Há estimativas de que a medida pode arrecadar R\$ 10

bilhões por ano, como aponta o jornal "O Globo". A ideia, porém, já foi tentada e não passou no Congresso, como lembra o economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper. Em 2017, no governo de Michel **Temer**, uma medida provisória (MP) para instituir o **come-cotas** nos fundos exclusivos foi editada, mas ela expirou em abril de 2018, por não ter sido votada no Congresso no prazo de 120 dias. Na época, Mendes era chefe da assessoria especial do ministro da Fazenda. O episódio mostra que medidas para aumentar receitas podem enfrentar dificuldades no parlamento.

Outra ideia é ajustar a cobrança de Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL), com o objetivo de corrigir distorções que acabam reduzindo a arrecadação da União. Nesse caso, empresas que têm benefício de ICMS o utilizariam para diminuir o pagamento do tributo federal.

O desafio das renúncias fiscais

O governo também planeja reduzir desonerações tributárias, que no total chegam a perdas de R\$ 456 bilhões neste ano. O valor é enorme, mas se trata de um campo complicado para reduzir os benefícios. Ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Gabriel Leal de Barros considera que as 10 maiores renúncias fiscais são muito difíceis de serem reduzidas, "à luz da sua complexidade em termos de economia política". Nesse grupo está o Simples, que lidera o grupo com desoneração estimada em R\$ 88,5 bilhões, e a Zona Franca de Manaus, com R\$ 55,3 bilhões, benefícios para a agricultura e a agroindústria, com R\$ 53,9 bilhões.

Para Barros, também economista-chefe da Ryo Asset, há maior possibilidade de se conseguir reduzir renúncias fiscais entre os regimes especiais, como dos setores automotivo, informática e automação, embarcações e aeronaves e financiamentos habitacionais. Ele estima que esses regimes gerem uma perda de R\$ 58 bilhões por ano.

"É difícil saber exatamente quanto o governo conseguirá de receita se atacar esse problema, pois o ganho é condicional à aceitação pelo Congresso, local de grande atuação de lobbies setoriais que muitas vezes conseguem manter seus privilégios e regimes especiais", diz o economista. "De toda forma, o volume

mostra que as oportunidades são extensas." Considerando uma reversão de 30% dos R\$ 58 bilhões dessas renúncias, o ganho para o governo seria de R\$ 17,4 bilhões.

Barros lembra ainda que, do pacote fiscal lançado por Haddad em janeiro, superando R\$ 240 bilhões, dos quais quase 80% em medidas pelo lado da arrecadação, apenas R\$ 111 bilhões são factíveis, afirma ele. Entre as medidas, há reestimativa de arrecadação, aproveitamento de créditos do ICMS e a volta da cobrança do PIS e da Cofins sobre os combustíveis (reinstituída parcialmente a partir de março).

Desse total, R\$ 86,3 bilhões seriam lado da receita e o restante pelo lado da despesa. Desse modo, o potencial de ganho seria de R\$ 119,7 bilhões, considerando os R\$ 16 bilhões no âmbito do **Carf**, os 30% de reversão das desonerações dos regimes especiais e os R\$ 86,3 bilhões das medidas anunciadas por Haddad no começo do ano. Com as iniciativas pelo lado da despesa, o total poderia chegar potencialmente a R\$ 145 bilhões.

Outros caminhos para aumentar a receita

Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, a hipótese mais provável é que o governo tente bter parte desses recursos a partir da reforma do imposto de renda, prevista para ser colocada em pauta em um segundo momento da **reforma tributária**, que já está sendo elaborada, mas que este ano vai focar em reorganizar os **tributos** de bens e serviços. Outra estratégia, que parece otimista no momento atual, é que um crescimento mais forte do **PIB** ajude a atingir os resultados do plano.

"Acredito que o caminho, na verdade, vai ter que ser continuar fazendo ajuste neste ano e esperar que o crescimento mais forte do **PIB** volte a acontecer a partir de 2024. Com essa arrecadação, talvez consiga se ter uma melhora mais significativa dos superávits", acrescenta.

Além disso, na **reforma tributária**, que o governo tem colocado como ponto central para destravar o crescimento do **PIB**, mudanças nas alíquotas do imposto de renda podem estar no radar para viabilizar a execução do arcabouço fiscal na prática. "Acredito que o governo vai pensar numa segunda tranche da **reforma tributária**, que é a reforma do imposto de renda. Essa sim pode ter um papel para ajudar na arrecadação nos próximos anos", diz Vale.

O palpite do economista-chefe da MB Associados é que os mais ricos terão que pagar mais imposto, mas ainda não se sabe a partir de qual nível de riqueza.

"Talvez aumentem a alíquota de quem ganha mais, eventualmente fazer o imposto sobre lucros e dividendos", diz. "Mas a gente nem tem ideia ainda do que vai ser [a reforma do imposto de renda] porque o governo está completamente calado nesse sentido, o que está correto, pois o foco agora é a reforma de bens e serviços".

O impacto da **reforma tributária**

Diante das análises que indicam que a efetividade do novo arcabouço fiscal dependerá de aumento na arrecadação, o economista e especialista em contas públicas Sergio Gobetti afirma que o aumento da atividade econômica é ponto fundamental para o sucesso do plano. Mas, ao contrário de parte dos economistas que acham improvável que o **PIB** brasileiro tenha a força suficiente para colaborar, ele acredita que a **reforma tributária**, que está em gestação no governo, tem o potencial necessário para dar gás à economia. "Com os impactos da **reforma tributária**, em uma hipótese intermediária, podemos passar a ter uma média de 2,9% de crescimento do **PIB** nos próximos 15 anos. Numa hipótese melhor, pode chegar a 3,2%, em média. Portanto, não vejo como algo inviável trabalhar com a perspectiva de um crescimento econômico mais positivo. Esses números nem são grande coisa em termos de média mundial", comenta Gobetti. O problema foi a última década que nós ficamos estagnados".

Para o economista, a melhor forma de aumentar a arrecadação e atingir as metas de superávit primária é pelo crescimento da atividade somado a outras iniciativas pontuais como a revisão de benefícios fiscais e tributação extraordinária sobre petróleo e recursos naturais em momentos de preços mais elevados dessas commodities no mercado internacional.

O comportamento das despesas

Outra questão importante que pode dificultar o cumprimento da nova regra fiscal é o comportamento das despesas. O novo regime prevê que os gastos crescerão a uma taxa mínima de 0,6% e máxima de 2,5% acima da **inflação**. Em resumo, as despesas sempre terão crescimento superior à variação dos índices de preços, mesmo num cenário negativo para as receitas. Além disso, haverá dificuldade para os gastos crescerem à taxa mínima, de 0,6%, diz Barros. "Só as despesas com a Previdência, que respondem por cerca de 45% do gasto [primário, que exclui juros], crescem anualmente a uma taxa em torno de 1.5% a 2% acima da **inflação**", afirma ele. Se todas as outras despesas não tiverem crescimento real (descontada a **inflação**), apenas os gastos com aposentadorias fariam o total de dispêndios aumentar 0,7% a 0,9% em

termos reais, estima Barros.

Os fatores que não vão mais ajudar

Nos últimos dois anos, em especial, as receitas do governo subiram acima do esperado devido a fatores que não deverão se repetir a partir deste ano. Um deles é a **inflação** alta, que eleva a arrecadação, pela influência dos índices de preços sobre as receitas com **impostos**. Além disso, preços de commodities altos também engordaram o caixa do setor público. Por fim, o governo de Jair Bolsonaro optou pelo pagamento expressivo de dividendos das empresas estatais ao Tesouro. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já deixou claro que essa prática ficou para trás.

Para Barros, esses são desafios adicionais, sem nenhuma dúvida. "O bom desempenho das receitas em 2022 foi influenciado por fatores temporários como os preços de commodities, a **inflação** elevada e a reabertura completa da economia [com o fim das medidas de restrição à mobilidade social, para combater os efeitos da covid], o que ajudou no crescimento da economia e o mercado de trabalho", diz ele. Grande parte desses efeitos, junto com os pagamentos fora da média de dividendos de estatais, vem se exaurindo e tornam o cenário mais difícil neste ano e no próximo, do ponto de vista de crescimento e arrecadação, afirma Barros.

A estratégia para driblar os obstáculos políticos

O Palácio do Planalto pretende centralizar nos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) as negociações com o Congresso em torno do fim das desonerações. Assim, a tendência é que sejam vetadas negociações diretas de integrantes de outras pastas na Esplanada com os parlamentares, a fim de evitar "fogo amigo". Interlocutores ouvidos pelo Valor admitem que reduzir desonerações é uma medida impopular e capaz de gerar conflitos a serem tratados, inclusive, dentro do próprio governo. Grupos sob risco de perder tratamento tributário privilegiado deverão reagir, assim como os ministros responsáveis pelas áreas beneficiadas. Esses conflitos, no entanto, devem ser tratados internamente.

Lideranças do Congresso concordam que as alterações nos gastos tributários devem estar na agenda do novo governo, entre elas, as desonerações. Mas avaliam que atrelar essa medida à nova âncora fiscal deve atrasar o calendário projetado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de garantir o avanço da proposta em pouco mais de duas semanas após sua entrega. Na quinta-feira, quando a nova regra fiscal foi anunciada, Lira disse que "o arcabouço vai ser uma diretriz, mais flexível que o teto

de hoje, mas o 'X' vai ser saber que projetos e que votações vamos ter que fazer após para ajustar o arcabouço", afirmou à imprensa, ao chegar à Câmara.

01/04/2023 14:08:29

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/04/02/arcabou-o-fiscal-o-que-ser-preciso-para-a-nova-regra-funcionar.ghtml>

As chances da nova regra fiscal - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

A grande pergunta que ronda a economia agora neste começo de abril é se vai dar certo o arcabouço fiscal. É preciso esperar o desenho final que sairá do Congresso, mas certas críticas vêm com um travo de saudosismo em relação ao último modelo de disciplina fiscal, aquele que fracassou. O teto de gastos dizia que a despesa pública não iria crescer em termos reais e, portanto, cairia como proporção do **PIB**. O teto foi derrubado pelo governo que alegava ser liberal e querer um estado menor. O arcabouço diz que a despesa vai subir em termos reais, mas dentro de uma disciplina. Andará sempre um passo atrás das receitas e ficará dentro de um intervalo que limite a alta nos tempos de prosperidade, e amortença a queda em momentos de dificuldade.

O ministro da Fazenda foi costurando apoio em círculos. Primeiro, o dos ministérios da área econômica. Depois, o da área política. Em seguida, os presidentes das duas Casas. Por fim, os líderes. Dar bem o passo da apresentação é importante, mas não suficiente. A vantagem é que o próprio ministro avisou que não é bala de prata, mas o começo da jornada.

Haddad sai fortalecido desses primeiros três meses. Superou a extrema desconfiança com que seu nome foi recebido pelo mercado.

No dia 7 de novembro, quando circularam rumores de que ele seria o escolhido para a Fazenda, o dólar subiu 2,4% e a bolsa caiu 2,38%. No dia 18, novos rumores e novas quedas. No dia 25 de novembro, Haddad almoçou com banqueiros, a bolsa caiu 2,55% e o dólar subiu 1,86%. Depois de escolhido, ele travou a batalha da reoneração dos combustíveis, perdeu a primeira e venceu a segunda.

Agora está travando a batalha do arcabouço.

Não é trivial convencer o governo a colocar travas em suas despesas. Mas ele convenceu o presidente, venceu a ala política e aplainou o terreno no Congresso.

Ter um horizonte para a evolução do gasto público é fundamental, mas é difícil, principalmente porque as despesas são rebeldes, fogem dos modelos e contrariam projeções.

Algumas despesas sobem sempre, como as da previdência, e comprimem outras.

Foi o que se viu no teto. O primeiro risco do modelo de Haddad é ser vitimado pelo mesmo problema que atingiu o finado. Uma das despesas sempre crescente é a das pensões e aposentadorias. A reforma da Previdência reduziu um pouco seu ritmo, mas a mudança se limitou ao **INSS** e embutiu a contrarreforma dos militares. O país envelhece, o mercado de trabalho tem mudado muito, reduzindo o financiamento do sistema.

O ministro Fernando Haddad está prometendo um plano de aumento de receitas e muita gente entendeu que isso significa que ele não disse onde vai cortar. Ele disse. Tentará enfrentar o áspero problema dos gastos tributários. O Brasil é o país das exceções, dos privilégios, dos benefícios, dos camarotes vips no mundo do pagamento de **impostos**. É, como disse Haddad, "fechar os ralos do patrimonialismo brasileiro". A conta dos subsídios sempre foi muito alta no Brasil, mas é bom lembrar que cresceu muito no período do PT no poder.

Cada vantagem tributária é difícil de ser tirada porque os beneficiários são hábeis em se defender. É bonito dizer que enfrentará o patrimonialismo, mas esse é um mal tão velho que está nas raízes do Brasil. É bom que o ministro saiba que o meio do caminho entre o projeto e o fato tem um espinhal.

O que a equipe econômica está apostando é que algumas isenções antigas ficaram completamente fora de sentido, com o passar do tempo. Outras, mais recentes, foram conseguidas de forma pouco republicana, portanto não teriam defensores dispostos a travar o debate público. Mas nesse plano de aumento de arrecadação não será suficiente taxar as apostas eletrônicas, nem mesmo os fundos exclusivos. Esses **tributos** serão bem-vindos, mas é bom lembrar que o governo **Temer** tentou taxar fundos exclusivos e não conseguiu.

Ao estabelecer como base de cálculo do gasto a receita do ano anterior, o arcabouço fugiu de uma armadilha. Se fosse com base nas estimativas de receita, o país veria acontecer o que já houve no passado, quando o Congresso superestimava as

receitas e sobre elas criava despesas.

Há vários méritos na proposta, mas há muitas dúvidas ainda que precisam ser esclarecidas com o debate a ser travado no Congresso.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Primeiras impressões do marco fiscal - SAMUEL PESSÔA

SAMUEL PESSÔA

Na quinta (30), foram apresentadas as linhas gerais do novo marco fiscal. Temos que esperar o detalhamento, mas o princípio é que a taxa de crescimento do gasto público real, isto é, acima da inflação, oscilará entre 0,6% e 2,5% ao ano.

O crescimento do gasto primário da União será de 70% da expansão da receita do ano anterior, se for maior que 0,6% e até o limite de 2,5%. Caso contrário, a alta do gasto será 0,6% como piso e 2,5% como teto.

Ou seja, temos uma banda de crescimento entre um teto e um piso. O ponto do interior da banda em que estaremos (quando não estivermos nem no teto nem no piso) dependerá do crescimento da receita.

Adicionalmente, há metas de superávit primário que, se não são atingidas, reduzem o crescimento do gasto para o ano subsequente em 50% do crescimento da receita, em vez dos 70%.

Essa regra estabelecerá que quase sempre o crescimento do gasto será menor do que o crescimento da receita. Como a receita cresce conjuntamente com a economia, a regra prevê uma redução do gasto como proporção do PIB (Produto Interno Bruto). É uma regra correta para uma economia que tem um desequilíbrio fiscal crônico.

Há três dúvidas maiores e qualificações à regra. Primeiro, hoje o gasto com saúde é vinculado ao crescimento da receita. Se o gasto total crescerá menos que a receita, haverá, com a passagem do tempo, um aumento da participação do gasto em saúde como proporção do gasto total.

O ideal seria que houvesse em 2023 a recomposição do gasto em saúde até o nível avaliado adequado pelo governo. A partir desse ponto, a regra de crescimento do gasto de saúde seria a mesma do gasto total, 70% do crescimento da receita, com o piso e teto.

Segundo, a vinculação à receita fará com que a regra seja mais procíclica do que um teto de gasto. O fato de o crescimento do gasto ser inferior ao crescimento da receita não elimina a prociclicidade. Esta ocorre pois, quando a receita cresce, o gasto também cresce. Piso

e teto moderam esse problema.

O terceiro problema é que a regra é insuficiente. Além da regra, o governo divulgou metas de superávit primário de 2024 a 2026, respectivamente de 0% do PIB, 0,5% e 1%. A simulação da regra não gera esses valores de superávit. Falta algo entre 1% e 1,5% do PIB de receita.

Para que essa trajetória de superávit primário estabelecido pelo governo se materialize, será necessário um aumento de carga tributária. Não está claro quais serão as bases tributárias a serem exploradas.

O mantra do presidente Lula tem sido "precisamos colocar o pobre no orçamento e o rico na receita". Portanto, tudo sugere que, quando as medidas de elevação de arrecadação vierem, elas se concentrarão em impostos sobre as altas rendas.

Dois são os espaços mais óbvios de tributação sobre as altas rendas. Primeiro, fechar espaço de planejamento tributário que permite que o lucro tributário das empresas seja sistematicamente inferior ao lucro contábil. Essa é medida para as empresas que operam no regime do lucro real.

Para as empresas que operam no regime do Simples e as pejetinhas, a agenda é tributar a distribuição de dividendos. Os regimes tributários especiais constituem caso claro de elisão fiscal.

Evidentemente, para que o ganho de receita ajude a reduzir a dívida pública, não poderá ser compartilhado com estados e municípios nem vinculado a outras linhas de gasto.

A aprovação do marco fiscal com essa elevação de arrecadação, associada à aprovação da reforma dos impostos indiretos, que melhorará em muito o ambiente de negócios no Brasil, produzirá o espaço para que Lula chegue bem a 2026. E o país também.

Samuel Pessoa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50234&maxTouch=0&anchor=6475330&pd=e899961a0c3f6bdcf5b7cceb37ccfd2>

Projetos alternativos propõem de volta da CPMF a desoneração

Eduardo Cucolo

Enquanto a Câmara dos Deputados discute uma **reforma tributária** com a implantação de um novo imposto sobre o consumo, seguindo o modelo adotado em mais de 170 países, algumas entidades do setor de serviços, representantes de prefeitos e tributaristas têm defendido propostas alternativas e a inclusão de outros **tributos** no debate.

Entre as demandas estão discutir a desoneração da folha de salários e a tributação do consumo em conjunto. Uma nova contribuição sobre movimentações financeiras, tema que foi ressuscitado no governo Jair Bolsonaro (PL), também é desejada por algumas entidades. Uma modernização do atual sistema, por sua vez, é vista como solução por alguns especialistas.

Neste primeiro semestre o governo quer simplificar e substituir os cinco principais **tributos** sobre o consumo (os federais PIS, Cofins e IPI, o estadual ICMS e o ISS) por até três novos **impostos**, com legislações unificadas e sem possibilidade de benefício fiscal regional (com exceção da Zona Franca de Manaus).

Também deve haver mudança na tributação do local da sede da empresa para o município do consumidor, redistribuindo a arrecadação. A tributação de todos os bens e serviços tende a ser a mesma, com algumas exceções que estão em análise, como alimentos, saúde, educação e transporte.

Com isso, alguns serviços podem ser mais tributados do que hoje, embora o governo aponte que haverá ganho para o setor como um todo em termos de crescimento das receitas.

Uma proposta alternativa que foi apresentada formalmente no Congresso é o chamado Simplifica Já, que faz parte da PEC 46/2022. O texto foi protocolado pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e subscrito por 37 senadores no final do ano passado. A PEC tem o apoio de algumas entidades de serviços e da FNP (Frente Nacional dos Prefeitos), que representa os grandes municípios.

O Simplifica Já prevê a unificação das legislações estaduais do ICMS e municipais do ISS, mas não acaba com esses **impostos**, e deixa estados e

municípios livres para dar incentivos fiscais setoriais no modelo da guerra fiscal. As propostas em análise no Congresso, por outro lado, dizem que um produto deve ter a mesma alíquota em todo o país.

Também estão previstas mudanças nas regras do PIS/Cofins federal e a desoneração da folha com a tributação de marketplaces e aplicativos.

A PEC 46/2022 não está sendo analisada pelo grupo de trabalho que trata da reforma na Câmara. O colegiado trabalha em cima de dois outros textos (PEC 45 e PEC 110), ambos em discussão desde 2019.

A VOLTA DA CPMF

Outra entidade setorial, a CNS (Confederação Nacional dos Serviços), propôs duas alternativas de reforma, ambas focadas na desoneração da folha de pagamento. Nos dois casos, seriam extintas as contribuições patronais de 20% para o **INSS**, ao Inbra e para o salário educação, além de haver uma redução na parcela descontada do trabalhador do intervalo de 8% a 11% para de 5% a 8%.

Em troca seria recriada a CPMF, desta vez com o nome de Contribuição Previdenciária sobre Movimentação Financeira, e uma alíquota de 0,74% - quase o dobro do imposto de 0,38% que vigorou no Brasil de 1997 a 2007.

A ideia de criar uma contribuição previdenciária sobre movimentação financeira para desonerar a folha era defendida pelo Ministério da Economia na gestão Paulo Guedes (2019-2022), mas a proposta nunca teve apoio no Congresso.

Luigi Nese, presidente da CNS, admite que a nova CPMF tem pouca probabilidade de ser aprovada. Por isso, propõe como alternativa compensar a desoneração da folha com uma alíquota maior sobre a tributação do consumo.

Nese é contra a criação do imposto que está em debate no Congresso, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que segue o modelo conhecido como IVA (Imposto sobre Valor Agregado), utilizado na maioria dos países da Europa e América Latina. Ele diz que o IBS é obsoleto e que a CPMF é um imposto moderno.

"O que tem de colocar na mesa é o IVA com a desoneração da folha. Não tem chance de passar sem a desoneração", afirma Nese, que ainda assim vê poucas chances de aprovação da reforma sobre o consumo. "Acho que a **reforma tributária** não passa."

Na última quinta (30), o ministro Fernando Haddad (Fazenda) descartou a volta da CPMF, ao falar sobre medidas para aumentar a arrecadação.

Muitos especialistas apontam a CPMF como um tributo que não é progressivo, porque incide sobre ricos e pobres com o mesmo percentual. **Impostos** progressivos, como IR e IPTU, por outro lado, possuem faixa de isenção e alíquotas maiores para os mais ricos. No IBS da **reforma tributária**, essa diferenciação será feita por meio da devolução do imposto (via cashback) para a baixa renda.

Alguns tributaristas têm defendido uma reforma infraconstitucional, focada na simplificação em vez de mudar o sistema tributário. Em artigo publicado no blog da Folha Que Imposto é Esse, Fernando Facury Scaff, professor da Faculdade de Direito da USP, defendeu essa posição.

Entre as medidas para melhorar o sistema, ele defende revisar a política de créditos de insumos para o PIS/Cofins e sistematizar a coleta de informações fiscais, reduzindo as quase 2.000 horas de trabalho gastas no preenchimento de obrigações acessórias.

"A Reforma Constitucional Tributária pode estar madura para o Congresso, mas os setores produtivos e a academia não entendem desse modo."

ALTERNATIVAS À **REFORMA TRIBUTÁRIA**

Simplifica Já/PEC 46/2022

Unificação das legislações estaduais do ICMS e municipais do ISS

Não acaba com esses **impostos**

Permite incentivos fiscais setoriais

Mudanças nas regras do PIS/Cofins federal

Desoneração da folha

Tributação de marketplaces e aplicativos

Proposta da CNS

Fim da contribuição patronal ao **INSS**

Fim das contribuições do salário educação e ao Incra

Redução na contribuição dos trabalhadores à Previdência

Nova contribuição sobre movimentações financeiras ou

Financiar a desoneração da folha tributando mais o consumo

Reforma infraconstitucional

Reduzir horas gastas com obrigações acessórias

Reduzir alíquotas dos **tributos** atuais e das multas aplicadas

Impedir a criação de Fundos estaduais

Acabar com as tarifas Tust e TUSD na energia elétrica

Acabar com a sistemática de substituição tributária

Revisar a política dos créditos de insumos para o PIS/Cofins

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50234&maxTouch=0&anchor=6475330&pd=e899961a0c3f6bdcf5b7cceb37ccfd2>

Agro vê aumento da cesta básica com reforma e pede tratamento especial

Eduardo Cucolo

Na primeira audiência pública do grupo da **reforma tributária** com representantes dos setores econômicos, entidades ligadas ao agronegócio pediram tratamento diferenciado para evitar o repasse do aumento de **impostos** aos preços dos alimentos.

O colegiado avalia três pontos principais em relação ao setor: formalização de pequenos produtores, tratamento diferenciado para cooperativas e possibilidade de manutenção da desoneração da cesta básica.

Representante do governo no debate, a subsecretária de Política Fiscal do Ministério da Fazenda, Débora Freire Cardoso, apresentou estudo que mostra crescimento adicional de até 18% em termos de crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) da agropecuária e de serviços. O trabalho foi realizado quando ela era pesquisadora da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

A subsecretária afirmou que a redistribuição da tributação, de forma mais igualitária entre os setores, e o fim da cumulatividade de **impostos** geram ganhos de produtividade e redução de custos. São esses dois fatores que garantem um crescimento extra do **PIB** brasileiro de 4% a 20%, com impactos maiores na indústria, nos investimentos e nas exportações.

"O principal canal de impacto [da reforma] no crescimento econômico, no ganho das exportações e no investimento é a redução dos custos de produção e de investimento.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50234&maxTouch=0&anchor=6475330&pd=e899961a0c3f6bdcf5b7cceb37ccfd2>

Com taxa rosa e cashback, mulheres cobram espaço na reforma tributária

Eduardo Cucolo

As mulheres ainda estão em minoria nas discussões sobre a **reforma tributária** no Congresso Nacional neste ano, apesar de pagarem mais imposto sobre o consumo do que os homens e terem participado da elaboração das propostas hoje em debate.

O grupo de trabalho da Câmara que analisa o tema era formado inicialmente por 12 homens. Nesta semana, ganhou a primeira representante feminina, a deputada Tabata Amaral (PSB-SP). Para as audiências públicas realizadas pelo colegiado em março, foram convidados 48 homens e apenas 7 mulheres. Somente duas deputadas de fora do grupo registraram presença nos debates, Ana Paula Leão (PP-MG) e Amanda Gentil (PP-MA).

A situação atual no Congresso contrasta com a participação feminina tanto na elaboração das propostas que estão hoje no Legislativo como nas discussões sobre o tema nos últimos anos.

A **reforma tributária** tem como base duas propostas: a PEC (proposta de emenda à Constituição) 45, que contou com a participação de Vanessa Canado, coordenadora do Núcleo de Tributação do Insper e ex-assessora especial do Ministério da Economia; e a PEC 110, subscrita por 54 senadores e 11 senadoras, entre elas, a hoje ministra Simone Tebet (Planejamento).

Canado também participou das discussões que levaram à elaboração das propostas de tributação de lucros e dividendos e da unificação do PIS/Cofins, temas que voltam ao debate neste ano, mesmo que por meio de outras propostas legislativas.

Iniciativas como os grupos Women in Tax Brazil e o Núcleo de Tributação e Gênero da Escola de Direito da FGV também surgiram nos últimos quatro anos.

MULHERES PAGAM MAIS **TRIBUTOS** SOBRE RENDA E CONSUMO

Estudo do Instituto de Justiça Fiscal com dados da **Receita Federal** mostra que as mulheres têm menos rendimentos isentos e, portanto, pagam alíquotas mais altas sobre a renda. Também arcam com uma carga maior nos **tributos** indiretos sobre o consumo, de

15,05%, superior à masculina (14,55%).

"Os dados relativos aos **impostos** indiretos, demonstram, portanto, que a forma como o país tributa reforça as desigualdades de gênero e classe", diz o estudo dos pesquisadores Cristina Pereira Vieceli e Róber Iturriet Avila. Eles defendem a redução de **tributos** sobre itens básicos e sobre aqueles consumidos principalmente por mulheres, relacionado à saúde, higiene e cuidados pessoais, além da taxação de dividendos.

Em relação aos **tributos** sobre consumo, há pelo menos duas questões. A primeira é a chamada taxa rosa: quando produtos de uma mesma funcionalidade têm preços maiores quando são feitos em versões para mulheres. Mesmo que a tributação do produto feminino e masculino seja a mesma em termos percentuais, no caso das mulheres, ele incidirá sobre uma base maior, explica a advogada Tatiana Del Giudice Cappa Chiaradia, sócia do Candido Martins Advogados.

"As mulheres, geralmente chefes de família, trabalham, cuidam da casa e dos filhos, em sua grande maioria sozinhas, arcando com o peso econômico que, proporcionalmente, lhe impõe uma tributação mais pesada e desigual. A tributação aumenta proporcionalmente ao aumento da base tributável. Quanto maior a base de cálculo -valor da movimentação econômica que causou a tributação-, maior será o valor do tributo exigido sobre ela."

O estudo "**Reforma tributária** e desigualdade de gênero: contextualização e propostas", do grupo de estudos Tributação e Gênero da FGV, mostrou também que as mulheres gastam maior parcela da renda em bens de consumo, voltados para a manutenção da família, e uma parte menor da renda vai para investimentos e aumento do ativo, como aquisição de imóveis.

AS MULHERES NA REFORMA

Na semana passada, a Secretaria da Mulher da Câmara promoveu o debate "**Reforma tributária** sob a perspectiva de gênero", que ocorreu no mesmo horário da audiência do grupo de trabalho na qual participaram 6 homens e apenas 1 mulher.

Um dos temas no debate mediado pela deputada Denise Pessoa (PT-RS) foi a adoção ou não de regras que reduzam a tributação sobre bens e serviços mais consumidos pelas mulheres, questão defendida, por exemplo, por Tathiane Piscitelli, coordenadora do Núcleo de Direito Tributário da FGV Direito SP.

Ao fazer o diagnóstico do problema, a assessora especial do Ministério da Fazenda Fernanda Santiago afirmou que o Brasil tem uma tributação elevada sobre o consumo, principalmente sobre produtos que são proporcionalmente mais consumidos pelas pessoas de menor renda -parcela da população com grande percentual de mulheres pretas.

"Temos uma maioria de mulheres negras, em famílias monoparentais, que arcam com um percentual maior da sua renda para pagar os **tributos** sobre o consumo", afirmou. "É essencial que a gente consiga ter um sistema que reduza a regressividade para que elas paguem menos."

Ela disse que entre as propostas em debate há a possibilidade de adoção de regimes especiais e alíquotas diferenciadas. Uma regra especial para o setor de saúde, por exemplo, poderia beneficiar mais as mulheres. A equiparação da tributação de bens (mais consumidores pelos mais pobres) e serviços (mais consumidos pelos mais ricos) e a redistribuição da arrecadação beneficiando estados e municípios mais pobres também são fatores que podem atenuar as desigualdades.

Há ainda a ideia de devolução de imposto pago às pessoas mais pobres, o que o governo vem chamando de "cashback", outra medida que pode beneficiar mais as mulheres.

VIAGRA, ABSORVENTES E PRESERVATIVOS

Diante da preocupação de outras palestrantes sobre o fim do princípio constitucional da essencialidade, Santiago disse que esse conceito até hoje não garantiu benefícios para as mulheres. Pelo contrário, contribuiu para um sistema que onera mais essa parcela da população. "A gente hoje tem a essencialidade, e ainda assim a gente tributa de forma desigual. Não é um dogma que vai resolver as questões antidiscriminatórias."

Luiza Machado de Oliveira Menezes, do grupo de estudos de Tributação e Gênero da FGV Direito SP, apresentou estudo que mostra a alta tributação de produtos consumidos por mulheres com PIS/Cofins, IPI e ICMS, como absorventes (27,25%), coletores menstruais (33,75%) e pílulas anticoncepcionais (30%). Em comparação, há uma tributação menor para preservativos (9,25%) e para o viagra (18%).

"À revelia do que a nossa Constituição diz sobre a essencialidade e sobre o princípio da seletividade tributária a gente tem essas disparidades na tributação", afirmou, ao defender políticas públicas para distribuição de alguns desses itens, ao lado da redução da sua tributação.

Ana Clara Ferrari, representante do Ministério das Mulheres, disse que o debate sobre **reforma tributária** com recorte de gênero é algo que **interessa à maioria** das famílias brasileiras. "Não se trata de minoria. A gente é minoria porque a gente não está lá no GT [grupo de trabalho da Câmara] discutindo isso."

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50234&maxTouch=0&anchor=6475330&pd=e899961a0c3f6bdcf5b7cceb37ccfd2>

Quais as propostas alternativas de reforma tributária? (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

Enquanto a Câmara dos Deputados discute uma **reforma tributária** com a implantação de um novo imposto sobre o consumo, seguindo o modelo adotado em mais de 170 países, algumas entidades do setor de serviços, representantes de prefeitos e tributaristas têm defendido propostas alternativas e a inclusão de outros **tributos** no debate.

Entre as demandas estão discutir a desoneração da folha de salários e a tributação do consumo em conjunto. Uma nova contribuição sobre movimentações financeiras, tema que foi ressuscitado no governo Jair Bolsonaro (PL), também é desejada por algumas entidades. Uma modernização do atual sistema, por sua vez, é vista como solução por alguns especialistas.

Neste primeiro semestre o governo quer simplificar e substituir os cinco principais **tributos** sobre o consumo (os federais PIS, Cofins e IPI, o estadual ICMS e o ISS) por até três novos **impostos**, com legislações unificadas e sem possibilidade de benefício fiscal regional (com exceção da Zona Franca de Manaus).

Também deve haver mudança na tributação do local da sede da empresa para o município do consumidor, redistribuindo a arrecadação. A tributação de todos os bens e serviços tende a ser a mesma, com algumas exceções que estão em análise, como alimentos, saúde, educação e transporte.

Com isso, alguns serviços podem ser mais tributados do que hoje, embora o governo aponte que haverá ganho para o setor como um todo em termos de crescimento das receitas.

Uma proposta alternativa que foi apresentada formalmente no Congresso é o chamado Simplifica Já, que faz parte da PEC 46/2022. O texto foi protocolado pelo senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e subscrito por 37 senadores no final do ano passado. A PEC tem o apoio de algumas entidades de serviços e da FNP (Frente Nacional dos Prefeitos), que representa os grandes municípios.

O Simplifica Já prevê a unificação das legislações estaduais do ICMS e municipais do ISS, mas não acaba com esses **impostos**, e deixa estados e

municípios livres para dar incentivos fiscais setoriais no modelo da guerra fiscal. As propostas em análise no Congresso, por outro lado, dizem que um produto deve ter a mesma alíquota em todo o país.

Também estão previstas mudanças nas regras do PIS/Cofins federal e a desoneração da folha com a tributação de marketplaces e aplicativos.

A PEC 46/2022 não está sendo analisada pelo grupo de trabalho que trata da reforma na Câmara. O colegiado trabalha em cima de dois outros textos (PEC 45 e PEC 110), ambos em discussão desde 2019.

Outra entidade setorial, a CNS (Confederação Nacional dos Serviços), propôs duas alternativas de reforma, ambas focadas na desoneração da folha de pagamento. Nos dois casos, seriam extintas as contribuições patronais de 20% para o **INSS**, ao Inca e para o salário educação, além de haver uma redução na parcela descontada do trabalhador do intervalo de 8% a 11% para de 5% a 8%.

Em troca seria recriada a CPMF, desta vez com o nome de Contribuição Previdenciária sobre Movimentação Financeira, e uma alíquota de 0,74% - quase o dobro do imposto de 0,38% que vigorou no Brasil de 1997 a 2007.

A ideia de criar uma contribuição previdenciária sobre movimentação financeira para desonerar a folha era defendida pelo Ministério da Economia na gestão Paulo Guedes (2019-2022), mas a proposta nunca teve apoio no Congresso.

Luigi Nese, presidente da CNS, admite que a nova CPMF tem pouca probabilidade de ser aprovada. Por isso, propõe como alternativa compensar a desoneração da folha com uma alíquota maior sobre a tributação do consumo.

Nese é contra a criação do imposto que está em debate no Congresso, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que segue o modelo conhecido como IVA (Imposto sobre Valor Agregado), utilizado na maioria dos países da Europa e América Latina. Ele diz que o IBS é obsoleto e que a CPMF é um imposto moderno.

"O que tem de colocar na mesa é o IVA com a desoneração da folha. Não tem chance de passar sem

a desoneração", afirma Nese, que ainda assim vê poucas chances de aprovação da reforma sobre o consumo. "Acho que a **reforma tributária** não passa."

Simplifica Já/PEC 46/2022

Proposta da CNS

Reforma infraconstitucional

Na última quinta (30), o ministro Fernando Haddad (Fazenda) descartou a volta da CPMF, ao falar sobre medidas para aumentar a arrecadação .

Muitos especialistas apontam a CPMF como um tributo que não é progressivo, porque incide sobre ricos e pobres com o mesmo percentual. **Impostos** progressivos, como IR e IPTU, por outro lado, possuem faixa de isenção e alíquotas maiores para os mais ricos. No IBS da **reforma tributária**, essa diferenciação será feita por meio da devolução do imposto (via cashback) para a baixa renda.

Alguns tributaristas têm defendido uma reforma infraconstitucional, focada na simplificação em vez de mudar o sistema tributário. Em artigo publicado no blog da Folha Que Imposto é Esse , Fernando Facury Scaff, professor da Faculdade de Direito da USP, defendeu essa posição.

Entre as medidas para melhorar o sistema, ele defende revisar a política de créditos de insumos para o PIS/Cofins e sistematizar a coleta de informações fiscais, reduzindo as quase 2.000 horas de trabalho gastas no preenchimento de obrigações acessórias.

"A Reforma Constitucional Tributária pode estar madura para o Congresso, mas os setores produtivos e a academia não entendem desse modo."

1) PEC 45 - relatório deputado Aguinaldo Ribeiro

2) PEC 110 - relatório senador Roberto Rocha

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/quais-as-propostas-alternativas-de-reforma-tributaria.shtml>

Haddad diz que proposta foi bem recebida e quer acabar com "jabutis"

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem em São Paulo, após encontro com empresários da indústria, que a proposta do novo arcabouço fiscal teve "muito boa receptividade". Ele voltou a negar que a regra fiscal exigirá aumento da carga tributária e disse que não haverá aumento de **impostos**. Haddad disse que é preciso recompor a base de arrecadação e sinalizou que o governo mira incentivos tributários a setores.

-Não estamos falando de novos **impostos** nem de aumento de alíquota de **impostos**.

Estamos falando daquilo que, em Brasília, se chama "jabuti" (inclusão, por parlamentares, de um tema em projeto legislativo sem vínculo com o assunto original). Leis que foram aprovadas na calada da noite, que abriram espaço para abusos, que muitas vezes foram ampliados por decisões administrativas ou judiciais e que distorcem a competitividade brasileira -disse Haddad.

-Isso não tem a ver com carga tributária, mas com recomposição da base fiscal, para que possamos enfrentar as despesas relativas a financiamento, programas sociais, saúde, educação, sem o abuso dos juros praticados no Brasil.

O ministro destacou que a **reforma tributária** pode devolver competitividade à indústria.

Ele lembrou que mesmo respondendo por 12% do **PIB**, o setor paga quase 30% dos **impostos**. Segundo Haddad, o governo começa a discutir uma espécie de "Plano Safra para financiar a indústria": -A vantagem dele é o juro acessível, mais baixo para que quem queira produzir e gerar empregos possa fazê-lo sem pagar as taxas exorbitantes que nós vemos no mercado em função do juro fixado pelo Banco Central.

O ministro afirmou que a pasta prepara um pacote de 12 medidas para facilitar a concessão de crédito. Uma delas vai tratar dos juros do rotativo do cartão de crédito, aos quais se referiu como "exorbitantes".

Há ainda ações para facilitar parcerias público-privadas (PPPs) em infraestrutura.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>